

MESTRADO ASSOCIADO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS E
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS EM
SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

Arthur Saldanha dos Santos

**UM OLHAR SOBRE AS JUVENTUDES RURAIS:
Desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha
(MG)**

Montes Claros, MG

2017

Arthur Saldanha dos Santos

**UM OLHAR SOBRE AS JUVENTUDES RURAIS:
Desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha
(MG)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território da Associação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Roberto Nascimento Rodrigues

Coorientador: Prof. Daniel Coelho de Oliveira

Montes Claros, MG

2017

S162u
2017

Saldanha, Arthur.

Um olhar sobre as juventudes rurais: desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha (MG) / Arthur Saldanha dos Santos. Montes Claros, 2017.

102 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Roberto Nascimento Rodrigues.

Banca examinadora: Douglas Sathler dos Reis, Eduardo Magalhães Ribeiro, Roberto Nascimento Rodrigues.

Inclui referências: f. 85-93.

1. Agricultura Familiar. 2. Juventude Rural. 3. Perspectivas. I. Rodrigues, Roberto Nascimento (Orientador). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 338.43

Arthur Saldanha dos Santos

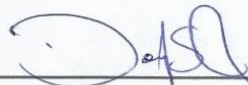
**UM OLHAR SOBRE AS JUVENTUDES RURAIS:
Desafios, possibilidades e limitações no município de Porteirinha (MG)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

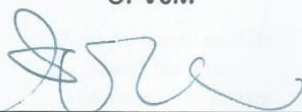
Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de Pesquisa: Sociedade e Ambiente.

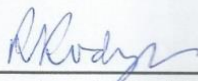
Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Douglas Sathler dos Reis
UFVJM



Prof. Dr. Eduardo Magalhães Ribeiro
UFMG



Prof. Dr. Roberto Nascimento Rodrigues (orientador)
UFMG

Montes Claros, 31 de julho de 2017

Tempo perdido

*Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo*

*Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder*

*Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
E tão sério e selvagem
Selvagem, selvagem*

*Veja o sol dessa manhã tão cinza
A tempestade que chega é da cor dos teus olhos
Castanhos*

*Então me abraça forte
Me diz mais uma vez que já estamos
Distantes de tudo
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo
Temos nosso próprio tempo*

*Não tenho medo do escuro
Mas deixe as luzes acesas agora
O que foi escondido é o que se escondeu
E o que foi prometido, ninguém prometeu*

*Nem foi tempo perdido
Somos tão jovens
Tão jovens, tão jovens*

Composição de Renato Russo

Dedico este trabalho à juventude rural de Porteirinha

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho acadêmico da dimensão de uma Dissertação de Mestrado só é possível através de grande empenho e responsabilidade pessoal de seu autor, mas o conhecimento adquirido é socialmente construído. Assim, para sua objetivação, foi necessário o apoio de diferentes pessoas e instituições às quais dirijo meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu bolsa de estudo e, conseqüentemente, possibilidades para a permanência e conclusão da Pós-Graduação. Sem esse apoio, provavelmente eu não conseguiria concluir esse Curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, da Associação entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), pela excelência de seu corpo docente e dedicação de seus funcionários técnicos administrativos que proporcionaram um ambiente acadêmico fecundo e possível para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador, Roberto Nascimento Rodrigues, pela confiança depositada em mim, seriedade, dedicação, competência e experiência compartilhada, bem como, paciência com meu desenvolvimento. Agradeço imensamente pelo apoio em todos os momentos de desenvolvimento desta dissertação.

Ao meu coorientador, Daniel Coelho de Oliveira, pela parceria, dedicação, disponibilidade, atenção e experiência acadêmica compartilhada. O seu trabalho foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Meu muito obrigado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, que não mediam esforços em nos ajudar a crescer academicamente em conjunto. A competência e seriedade desses docentes foram de fundamental importância nesse processo.

Ao meu amigo e companheiro, Anderson Jorge Ferreira, presente em todo o andamento desempenhado por mim no mestrado, sempre paciente, professor, avaliador, ouvinte e contribuinte para a pesquisa. Meu muito obrigado.

Aos jovens agricultores e familiares ou não, de Porteirinha, pela dedicação e disponibilidade na parceria do desenvolvimento da pesquisa, meus agradecimentos de coração.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, que me acolheu ao longo das atividades de campo, se mostrando parceiro e preocupado com a situação juvenil na região, meus agradecimentos.

À minha família, em particular aos meus pais Elias Saldanha Pereira e Sirlene Alves dos Santos, que me ensinaram a lutar pelos meus objetivos e ser ético acima de tudo. Esta conquista é de vocês. Obrigado por me transformarem em uma pessoa melhor.

Aos colegas do Programa, em especial à Greiciele Soares da Silva e Cristh Ellen Ferreira Pinheiro, agradeço pelas trocas de experiências e amizades construídas. Nossos vínculos foram de fundamental importância para tornar branda essa caminhada difícil e recheada de momentos felizes.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado articula as linhas temáticas de estudos sobre juventude rural e agricultura familiar sob a ótica de compreender os desafios, limitações e possibilidades da juventude agricultora em Porteirinha (MG). O principal referencial ancorou-se em uma abordagem participativa, que permitiu cotejar informações empíricas, à luz de relatos e percepções da própria população envolvida no processo. A intenção foi desenvolver um trabalho que pudesse analisar qualitativamente o processo migratório de jovens das comunidades de agricultura familiar de Porteirinha e a relação dessa dinâmica com a estrutura econômica, política e social do município. Três objetivos específicos nortearam o estudo: compreender a dinâmica jovem na região em que se localiza o município, especialmente as expectativas de mercado, estudos e perspectivas de futuro envolvendo as relações familiares; analisar as possíveis redes sociais que podem influenciar a migração dos jovens residentes em comunidades de agricultura familiar; e analisar as possíveis políticas públicas que são direcionadas para a juventude das áreas de agricultura familiar na região e a participação dos jovens nessas tomadas de decisões.

A pesquisa baseou-se em informações de natureza qualitativa, obtidas por meio de entrevistas em profundidade com 20 jovens de 15 a 34 anos residentes em Porteirinha e, também, com membros de associações, sindicatos e representantes de movimentos sociais. Partiu-se do entendimento de que o estudo sobre juventude rural não pode ser desenvolvido, unicamente, via agricultura familiar, mas sim via categorias distintas que merecem recortes também distintos, por se tratarem de construções socialmente delineadas e que partem do autorreconhecimento dos próprios atores sociais. Isso significa compreender que existem juventudes em um aspecto mais amplo, com distintas formas de sobrevivência e lutas cotidianas, e que o meio rural se configura de forma também heterogênea e multifacetada.

A pesquisa reforçou o fato de que em Porteirinha a agricultura se organiza basicamente em pequenas unidades familiares, onde a responsabilidade pelas vendas negociações e distribuição de produtos geralmente fica a cargo dos filhos, jovens agricultores. Indicou, também, que a pluriatividade é recorrente na vida do trabalhador rural porteirinhense. Igualmente constante nos relatos coletados ao longo das entrevistas foi o tema relacionado à migração, mais especificamente ao movimento de jovens para fora do meio rural de Porteirinha e para além dos limites territoriais do município. Tal fenômeno é favorecido pelas redes sociais humanas, que cumprem o papel de articuladoras do processo migratório e facilitam o descolamento tanto na decisão inicial de partir quanto na inserção profissional do indivíduo. No entanto, em Porteirinha a emigração parece não estar atrelada ao fim das relações sociais e/ou entre parentes. O ato de migrar não põe fim às vivências e estruturas construídas no campo.

O estudo permitiu a compreensão de que as juventudes são categorias sociológicas em constantes transformações, que se reinventam diariamente em função das próprias identidades. Os estudos que envolvem essas populações devem levar em consideração suas especificidades, assim como devem buscar integrar cada vez mais as juventudes mais distantes das discussões que envolvem suas situações sociais, econômicas e políticas.

Nessa perspectiva, as ações do governo que visem estimular a permanência da juventude no campo, favorecendo um ambiente adequado às suas necessidades específicas, devem partir do entendimento da complexidade que envolve o jovem camponês e seu habitat misto – ora campo, ora cidade. Ação esta baseada no direito de ir e vir, e não apenas na decisão de ficar ou sair do campo.

ABSTRACT

This dissertation articulates the thematic lines of studies on rural youth and family agriculture from the perspective of understanding the challenges, limitations and possibilities of the young farmers in Porteirinha (MG). The main frame of reference was anchored in a participatory approach, which allowed the collation of empirical information in the light of reports and perceptions of the population involved in the process. The intention was to develop a work that could qualitatively analyze the migratory process of young people from the family farming communities of Porteirinha and the relationship of this dynamics with the economic, political and social structure of the municipality. Three specific objectives guided the study: to understand the young dynamics in the region where the municipality is located, especially market expectations, studies and future perspectives involving family relations; analyze possible social networks that may influence the migration of young residents in family farming communities; and analyze the possible public policies that are directed to the youth of the areas of family agriculture in the region and the participation of young people in these decision-making.

The research was based on qualitative information, obtained through in-depth interviews with 20 young people aged 15 to 34 residing in Porteirinha and also with members of associations, unions and representatives of social movements. It was based on the understanding that the study on rural youth cannot be developed solely through family farming, but rather through distinct categories that deserve different approaches, because they are socially delineated constructions and that start from the self-recognition of the social actors themselves. This means understanding that there are youths in a broader aspect, with different forms of survival and daily struggles, and that the rural environment is configured in a heterogeneous and multifaceted way.

The research reinforced the fact that in Porteirinha agriculture is organized basically in small family units, where responsibility for sales negotiations and distribution of products is usually borne by the children, young farmers. It also pointed out that pluriactivity is recurrent in the life of Porteirinha's rural workers. Equally constant in the reports collected during the interviews was the issue related to migration, more specifically to the movement of young people out of the countryside of Porteirinha and beyond the territorial limits of the municipality. Such phenomenon is favored by human social networks, which play the role of articulators of the migratory process and facilitate the detachment both in the initial decision to leave and in the professional insertion of the individual. However, in Porteirinha emigration seems not to be linked to the end of social relations and/or between relatives. The act of migrating does not put an end to the experiences and structures built in the countryside.

The study allowed the understanding that the youths are sociological categories in constant transformations, that reinvent themselves daily in function of the own identities. The studies that involve these populations must take into account their specificities, as well as seek to integrate more and more the youths more distant from the discussions that involve their social, economic and political situations.

In this perspective, government actions aimed at stimulating the permanence of youth in the countryside, favoring an environment suited to their specific needs, must start from the understanding of the complexity that surrounds the young peasants and their mixed habitat - sometimes the field, or the city. Action is based on the right to come and go, not just the decision to stay or leave the field.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NIISA	Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM PORTEIRINHA	5
2.1. Construção da categoria agricultura familiar.....	5
2.2. Da campesinização à (re) campesinização: a multifuncionalidade da agricultura familiar	14
2.3. O trabalhador rural e sua relação com a pluriatividade	19
2.4. Fronteira rural/urbana: do imaginário ao processo real.....	23
3. UNIDADE DE ANÁLISE, DADOS E MÉTODOS	27
3.1. Unidade de Análise.....	27
3.2. Dados e Métodos	32
4. JUVENTUDES RURAIS PORTEIRINHENSES E RELAÇÕES FAMILIARES: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	37
4.1. A agricultura familiar em Porteirinha: do acesso a terra à dinâmica de produção	37
4.2. O limiar da juventude	40
4.3. Relações entre o urbano e o rural para a juventude agricultora de Porteirinha	43
4.4. Relações sociais da migração com a juventude rural: redes sociais em ação e fatores de migração.....	51
4.5. Relações entre a juventude do campo e as políticas públicas: ações e conquistas	56
4.6. Ser jovem do campo em Porteirinha: desafios e possibilidades.....	60
4.7. Perspectivas da vivência no campo: juventude como categoria sociológica.....	64
4.8. Relações familiares e identidade juvenil	67
4.9. Relações com a cidade: vínculos construídos por meio da educação.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
ANEXO 1.....	81
BIBLIOGRAFIA	85

1. INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais, assim como o conjunto do Brasil, tem vivenciado um processo de transição demográfica marcado por redução no ritmo de crescimento populacional e um rápido processo de envelhecimento da população. Esses processos, no entanto, não são homogêneos em todo o país e apresentam diferenciais importantes no âmbito das unidades federativas brasileiras.

Em Minas Gerais, por exemplo, não apenas os municípios onde a população está mais concentrada, como a Região Metropolitana e seu entorno, mas também aquelas cidades menores, com população inferior a 50 mil habitantes, apresentam crescimento populacional reduzido. Além da redução dos níveis de fecundidade, o baixo crescimento demográfico é intensificado por um fluxo migratório para municípios de porte médio e grande do próprio estado de Minas Gerais, assim como para outras unidades federativas brasileiras.

A perda populacional decorrente da migração traz como consequência, além de outros aspectos, uma aceleração do processo de envelhecimento populacional, uma vez que a população jovem, em idade ativa, tende a se deslocar para os espaços econômicos mais dinâmicos e onde são maiores as possibilidades de inserção em atividades produtivas.

Este é o caso de municípios pequenos, de regiões menos desenvolvidas do estado, como Porteirinha, localizado no Norte de Minas Gerais. Neste município, entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento populacional foi negativa (-0,70% ao ano), resultado da combinação de um saldo migratório também negativo (taxa líquida de migração de -11,25%) com reduzido saldo vegetativo, em razão da diminuição da taxa de fecundidade. Essa situação coloca desafios importantes em termos de políticas públicas com o intuito de fixar a população no município e, ao mesmo tempo, oferecer a ela condições adequadas de sobrevivência e inserção em atividades produtivas que lhe permita ascensão econômica e social.

É nessa perspectiva que se insere esta dissertação, que articula as linhas temáticas de estudos sobre juventude rural e agricultura familiar. De modo

particular, o trabalho foi desenvolvido sob a ótica de compreender os desafios, limitações e possibilidades da juventude agricultora em Porteirinha. Para alcançar e/ou estabelecer as conexões dessas dimensões foi preciso reconstruir o eixo central de formação histórico-social da unidade de estudo. Esse parâmetro colaborou para explicitar o ponto de partida dos movimentos jovens, na saída do campo, e a permanência e fortalecimento de atividades agrícolas na Mesorregião Norte de Minas Gerais.

O principal referencial ancorou-se em uma abordagem participativa, que permitiu cotejar informações empíricas, à luz de relatos e percepções da própria população envolvida no processo. Como ponto de partida para definição do objeto deste estudo foram realizadas reuniões com representantes de movimentos da juventude e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. Nessas discussões surgiu como demanda de investigação a situação da juventude rural no município, considerando o aumento da migração de jovens que viviam em áreas de agricultura familiar, para outras cidades de Minas Gerais ou para outros estados, o que de certa forma corroborou meus anseios iniciais de pesquisas na região. A pesquisa foi desenvolvida com o apoio do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA)¹, que realiza um conjunto de outros estudos em Porteirinha.

Em linha com essa discussão, a intenção foi desenvolver um trabalho que pudesse analisar qualitativamente o processo migratório de jovens das comunidades de agricultura familiar de Porteirinha e a relação dessa dinâmica com a estrutura econômica, política e social do município. Em meio a essas propostas, busquei compreender como são construídas, nesse processo migratório, as possíveis redes sociais humanas formadas a partir dos jovens que migraram, abrindo oportunidades para os jovens que permaneceram e possuem expectativas para migrar. As relações sociais derivadas desse processo influenciam nas expectativas de trabalho, educação e perspectivas de futuro.

¹ O NIISA, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental, desenvolve pesquisas no Estado de Minas Gerais. Está vinculado à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em Minas Gerais.

O ponto de partida baseou-se em reflexões sobre as estruturas sociais das comunidades de agricultura familiar em Porteirinha, e mais especificamente, sobre as motivações migratórias da população jovem nessas comunidades. A busca, então, foi por abordar questões mais delimitadas que surgem no campo de atuação dos estudos sociodemográficos, resultando nos seguintes objetivos específicos:

- (a) Compreender a dinâmica jovem nessa região: expectativas de trabalho, mercado, estudos e perspectivas de futuro envolvendo as relações familiares;
- (b) Analisar as possíveis redes sociais que podem influenciar na migração dos jovens residentes em comunidades de agricultura familiar; e
- (c) Analisar as possíveis políticas públicas que são direcionadas para a juventude das áreas de agricultura familiar na região e a participação dos jovens nessas tomadas de decisões.

No desenvolvimento desta pesquisa o foco foi direcionado para uma investigação mais detalhada do caso específico do município de Porteirinha, de forma a identificar como se dá o vínculo familiar dos atores envolvidos nos fluxos migratórios no que diz respeito à escolha entre ficar e sair do município. Foi também objeto de investigação verificar como as redes sociais configuram-se em elemento estruturante e estruturador de suas identidades culturais e decisórias no ato de migrar.

Essa análise pode contribuir para futuras formulações de políticas públicas voltadas para a juventude rural ou aperfeiçoamento de ações já ativas no município, visando oferecer a esse segmento populacional um ambiente propício ao seu desenvolvimento profissional e pessoal. Com isto, o Estado poderá ser auxiliador ou mesmo intermediador no processo de escolha do jovem entre ficar ou migrar.

Do ponto de vista da organização do trabalho, o capítulo 2 sintetiza os fundamentos teóricos que serviram de base para o entendimento da questão agrária em Porteirinha. As notas conceituais sobre agricultura familiar e juventude rural foram aduzidas com o intuito de estabelecer parâmetros de referência para análise e contextualização das informações de natureza qualitativa. O capítulo apresenta também reflexões e apontamentos sobre as políticas públicas voltadas

para a juventude residente na área rural de Porteirinha, sua articulação com os movimentos sociais e a pluriatividade e ainda suas necessidades e potencialidades quanto à participação ou inserção nessas políticas.

O capítulo 3 é dedicado à apresentação dos dados e métodos utilizados para análise dos desafios, possibilidades e limitações envolvendo a juventude rural de Porteirinha. Essa abordagem é precedida por uma breve caracterização do município de Porteirinha, onde se insere a unidade de análise do estudo.

No capítulo 4 a discussão gira em torno de alguns dos elementos constituintes ou característicos da juventude rural em Porteirinha. Para tanto, são apontadas algumas relações entre o urbano e o rural, incluindo aquelas entre juventude do campo e políticas públicas e culminando com a abordagem sobre os desafios e possibilidades que envolvem os jovens residentes na área rural de Porteirinha. Na sequência, o eixo de investigação passa a ser os fatores associados à migração e à mobilidade², especialmente para a área urbana do próprio município e para outros centros urbanos de maior porte, dentro ou fora do estado de Minas Gerais.

Finalmente, no capítulo 5 são inseridas algumas considerações finais.

² Migração envolve mudança de residência, ao passo que mobilidade, no contexto desta dissertação, diz respeito a movimentos pendulares, sem mudança de residência.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM PORTEIRINHA

As palavras 'camponês' e 'campesinato' são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região (MARTINS, 1990, p. 21-22).

Este capítulo tem como objetivo apresentar breves notas conceituais sobre agricultura familiar e juventude rural, a fim de estabelecer contexto adequado para compreensão da percepção dos jovens residentes no município de Porteirinha sobre sua condição de jovens do campo. Nessa perspectiva, são abordadas correntes que tangenciam a definição da categoria agricultura familiar, focalizando temas como estratégias de sobrevivência, produção familiar, campesinidade, pluriatividade, multifuncionalidade, campesinização e recampesinização, que fazem da agricultura uma unidade diversa e ao mesmo tempo um espaço de recriação, reprodução e difusão de igualdades.

2.1. Construção da categoria agricultura familiar

Para a compreensão da agricultura familiar é preciso levar em consideração que a vivência no campo é de natureza complexa, múltipla e envolve componentes de ordem sociocultural, histórica, biológica e psicológica de sobrevivência. Dessa forma, com o intuito de contextualizar o interesse e proposta de estudo em comunidades de agricultura familiar, recorreremos a alguns estudos teóricos sobre esta temática, como os de KAUTSKY (1968); WOORTMANN (1987); CHAYANOV (1974); MARTINS (1990); HEREDIA (1979); VEIGA (1991); ABRAMOVAY (1998; 1999; 2012), entre outros.

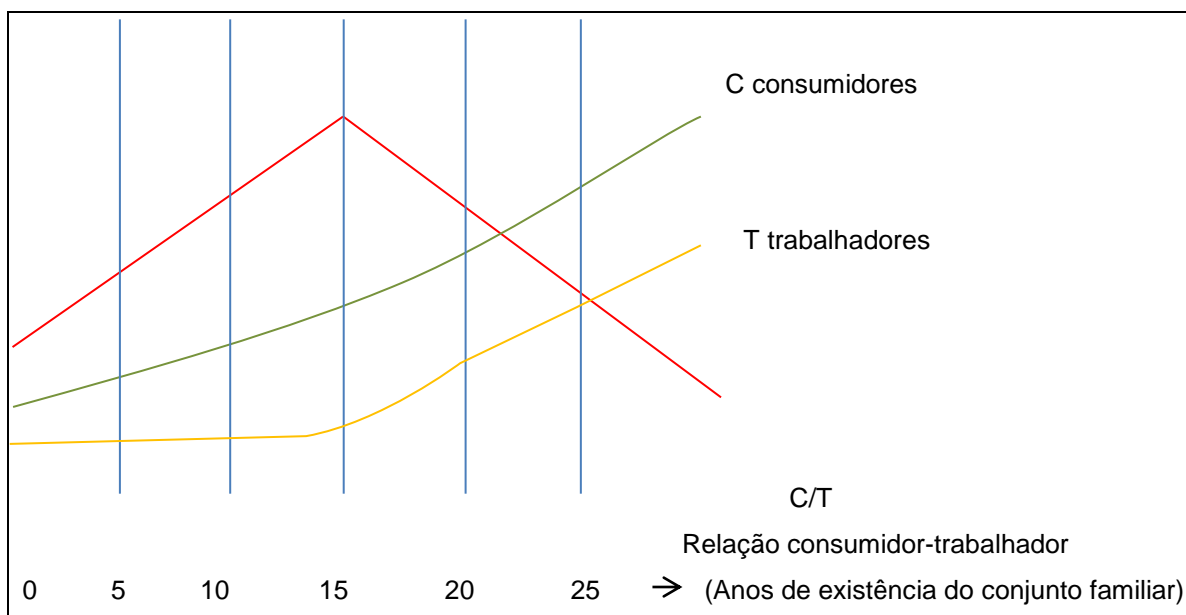
Os estudos promovidos pelo teórico Kautsky no contexto das discussões da social democracia alemã, no final do século XIX, levantaram debates importantes sobre o papel da agricultura e do campesinato. Suas percepções se estendem aos dias atuais, nos debates envolvendo a questão agrária.

Kautsky (1968) entendia que os camponeses representavam um grupo social duvidoso dentro dos ideais socialistas. Eram numerosos, com variações e inconstâncias políticas. Não eram classificados diretamente em algum padrão definido de comportamento urbano. Do ponto de vista político, especificamente, os camponeses eram considerados uma população que

[...] constituía, ainda há pouco tempo, a parte mais considerável da população de nossos Estados, sempre preocupou, ao mais alto ponto, os partidos democráticos e revolucionários de nosso século. Para esses partidos, originários das cidades, o camponês era um ser misterioso, estranho, às vezes mesmo muito inquietante. Tendo outrora combatido da maneira mais enérgica a Igreja, os príncipes, a nobreza, ele se agarrava agora com a maior obstinação a essas instituições. Viu-se mesmo que punha tanto ardor em aderir ao partido dos exploradores quanto as outras classes em lutar por sua emancipação. Frequentemente voltou contra a democracia as armas que esta lhe ofereceu (KAUTSKY, 1968, p. 22).

Kautsky procurou estudar exatamente os povos mais distantes das cidades e, para ele, o camponês seria absorvido pela dinâmica urbana, sobretudo pela indústria. Aquela visão de que o campo produzia suas próprias necessidades, como ferramentas, roupas e comida não se justificaria mais. O autor acreditava que as formas de subsistência, no ponto mais alto, estavam fadadas às dinâmicas capitalistas. A população rural seria inserida nesse processo por meio da migração e, conseqüentemente, pela busca por emprego, majoritariamente nas indústrias, ou adotando as características da vivência urbano/industrial, seja nas negociações ou consumo dos bens oriundos das indústrias (KAUTSKY, 1968).

Chayanov (1974), que viveu na mesma época de Kautsky, analisou a sociedade campesina a partir de sua produção e reprodução, seja social ou econômica. Existe, para Chayanov (1974), um equilíbrio nas atividades camponesas, que estão relacionadas com a força de trabalho, parte fundamental da vivência no campo e com a composição familiar, que estabelece uma ligação direta com a força de trabalho. As relações entre os consumidores e trabalhadores, comparados aos anos de existência da família, podem ser observadas no gráfico 1.

Gráfico 1: Anos de existência da família

Fonte: CHAYANOV (1974). ORG: SALDANHA (2017).

Chayanov conseguiu perceber a variação que acontecia entre o trabalho e o consumo, quando comparados com a unidade familiar. Nos anos iniciais da composição familiar, a partir do casamento e primeiros filhos, é notada alta elevação no número de consumidores. Em contrapartida, o número de trabalhadores tende a diminuir, a contar da ausência da mãe em atividades externas da casa, para cuidar do filho. A consequência desse fenômeno é uma relação consumidor/trabalhador alta, onde se consome mais do que se trabalha. Essa etapa da unidade familiar é mais crítica e complexa por esse processo (CHAYANOV, 1974, p. 54-55).

Nos anos posteriores da vivência familiar essas diferenças tendem a diminuir. Com a inserção do filho nas atividades econômicas da família, associada também aos serviços da mãe, a produção familiar tende a aumentar e caminhar para o equilíbrio. Esse processo só sofreria uma transformação novamente considerável com o envelhecimento dos pais. Haveria, portanto, mais um declínio entre o número de consumidores e trabalhadores na unidade familiar (CHAYANOV, 1974).

No Brasil, as discussões envolvendo as relações entre o trabalhador do campo e as atividades políticas sempre estiveram em pauta nas discussões dos teóricos de temas agrários. As observações de Kautsky faziam e ainda fazem diferença nas noções sobre desenvolvimento capitalista e agricultura, tanto na Alemanha quanto

nas diversas regiões do mundo, por apresentar os fundamentos da reprodução social e econômica da família camponesa e como essa dinâmica sofre influência das ações capitalistas de desenvolvimento e globalização.

A diferença estava pautada na presença desses atores em cada lugar e por Kautsky acreditar na necessidade do proletariado em associar-se ao campesinato, a fim de alcançar a tão sonhada transformação social. De modo específico, essa diferença estava pautada, também, nos constantes movimentos sociais desembocados pelos camponeses no Brasil, que transformaram a maneira de pensar a política, ou pelo menos, parte dela. Surge a necessidade de uma política mais preocupada com o desenvolvimento da agricultura e suas fronteiras agrícolas, levando em consideração o trabalhador rural, na mais tenra produção.

A gênese dessa problemática estava centrada no processo de exclusão observado na população rural brasileira. Associada a isso, a grande concentração fundiária estabelecia diferenças em produção e reprodução – social ou econômica das famílias do campo. Ademais, projetava níveis avançados de conhecimentos tecnológicos e posses, que colocavam os agricultores sem acesso direto à terra. À margem da economia e dos recursos mínimos de sobrevivência, esses agricultores se tornavam pessoas miseráveis (PRADO JR, 1979).

A simples divisão entre grandes proprietários e fazendeiros, de um lado, trabalhadores sem terra, ou com insuficiente quantidade de terras, do outro, colabora para propiciar um ambiente fecundo para as manifestações sociais contra as desigualdades. Esses “trabalhadores sem terra passam a reivindicar sua única fonte de subsistência”, a terra. Esse problema se torna não apenas social, mas também econômico. A solução está presente na “redução dos custos de produção (mais eufêmicamente designados por ‘aumento da produtividade’), comercialização e financiamento da produção, etc.” (PRADO JR, 1979, p. 21-23).

As principais consequências das misérias encontradas nas vivências do trabalhador rural se devem às formas inadequadas e elevadas de aplicação das tecnologias no campo, transformando-se no fim, e não no meio de alcançar o desejado, mesmo o progresso tecnológico não sendo condição para a melhoria dos serviços do trabalhador rural (PRADO JR, 1979).

A marginalização do agricultor se deu também nas formas separatistas de produção. Os investimentos, valor comercial e ênfase eram dados a determinados produtos, julgados pela exploração agromercantil como fundamentais para a economia brasileira. As demais produções fundamentais para a sociedade eram jogadas para segundo plano ou até mesmo desconsideradas e esquecidas pelo poder público, gerando, assim, a marginalização da agricultura de base e uma hierarquização entre as produções. Conforme apontado por Prado Jr. (1979),

é a grande exploração agromercantil, de base territorial necessariamente extensa, que figura no centro das atividades rurais brasileiras na generalidade das regiões e zonas, embora de maneira mais acentuada e caracterizada em umas que outras, a atividade econômica gira em torno da produção de algum gênero essencial de grande valor comercial, deixando o mais, e particularmente os gêneros necessários à subsistência da população trabalhadora local, em segundo e apagado plano (p. 50).

É nessa perspectiva que Martins (1990) procurou entender as relações existentes entre os camponeses e as suas lutas pelos direitos e reconhecimentos frente ao poder político no Brasil. Suas percepções partem dos estudos sobre as diferentes formas de campesinato da sociedade brasileira e analisa particularmente aquelas destituídas da propriedade da terra e que não abrangem o trabalhador assalariado na esfera territorial. É também intenção de Martins (1990), e considerado objetivo específico do autor, analisar as relações dessas sociedades camponesas com a formação política do país.

Portanto, Martins (1990) promove, sobretudo, uma discussão implícita com pesquisadores europeus que trabalharam a questão agrária em seus países ou questões pontuais no mundo, como Kautsky (1968), Chayanov (1974) e Marx (1988). Destaca-se, de passagem, que seus estudos são específicos, apenas possuem base em concepções externas. Dessa forma, Martins contextualiza a pesquisa sobre as lutas dos trabalhadores do campo desde a década de 1950, mas que foi oficialmente publicada na década de 1990. Esse período é compreendido como promissor para as organizações coletivas das comunidades rurais em busca de inserção no cenário político do país, como já debatido por PRADO JR (1979).

Nessa perspectiva, Martins (1990) destaca as diferentes categorias e compreensões que são direcionadas ao trabalhador do campo. Uma tarefa importante, frente às diversas definições e formas de compreender esses atores,

que eram retratados no período por ele analisado, e já levantado pelos autores tidos como clássicos, como os já citados anteriormente, é entender as questões conflituosas envolvendo trabalhadores do campo e o poder político. Essas categorias podem ser camponeses, caipiras, caiçaras, entre outras, de acordo com a região específica em que cada um está inserido e contextualizado, mas estão todos unidos pela característica comum de viverem no campo e estar na luta pelo acesso à terra. Tal análise nos possibilita a percepção da adequação conceitual referente às comunidades, o que muitas vezes parte das próprias estruturas sociais em se reconhecerem como determinada categoria.

No comparativo entre os estudos do campesinato brasileiro até aqui destacados evidencia-se que as lutas sociais pelos direitos à terra e/ou relações de independência do capitalismo e sua produção exacerbada podem ser compreendidas como as principais motivadoras do camponês no processo de procura pelo seu lugar na política brasileira. Esse lugar se reafirma nas suas percepções individuais de autorreconhecimento e vivências próprias no campo – o que de certa forma legitima que seus modos de vida não podem ser vistos como falta de instrução, atraso ou à margem da sociedade.

Essas observações são fundamentais, uma vez que, ao longo da história do campesinato brasileiro percebe-se que o camponês foi privado do acesso à terra, o que de certa forma diferencia a história agrária brasileira das formações camponesas observadas na Europa por Kautsky (1968), por exemplo. Dessa forma, o acesso à terra era alternativa via ocupação ilegal, por meio de posses, ou o regime de sesmarias.

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão (MARTINS, 1990, p. 38).

Pode-se perceber ainda que os vínculos estabelecidos entre os atores sociais/camponeses, por exemplo, nas lutas em busca dos direitos de uso do território, são fundamentais para a construção da identidade camponesa que foi se formando por meio das experiências diversas de vários atores sociais espalhados pelo Brasil na mesma situação de opressão e de exclusão da terra, pois

antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (MARTINS, 1990, p. 63).

As articulações desembocaram na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Essas organizações, apesar de um longo período sem reconhecimento pelo poder público, serviam (e são de fundamental importância), para dar suportes e auxílios a muitos trabalhadores do campo que se identificavam com esse processo. Essa relação mútua entre os trabalhadores promoveu inúmeros conflitos entre camponeses e fazendeiros durante anos. Contudo, não significa que o processo de busca pelo direito à terra, observado nos trabalhadores familiares, se encerrou. Pelo contrário, constantemente essas famílias buscam por meio de suas vivências e coletividades, espaço no cenário agrário brasileiro.

Os modos de vida do camponês vêm chamando a atenção de inúmeros estudiosos há anos e inúmeras questões são levantadas. Como suas dinâmicas de produção e reprodução no campo são afetadas com o advento do capitalismo/globalização? Como suas relações sociais são estabelecidas? Como se estabelecem as divisões sociais e etárias dentro do núcleo familiar? Como as relações humanas e econômicas são estabelecidas com a cidade? O trabalho familiar no campo tende mesmo a acabar?

Essas indagações são motivações de buscas de muitos autores. Compreendê-las não é tarefa fácil. As vivências das famílias camponesas são complexas e possuem dinâmicas próprias, muitas vezes distintas da cidade e/ou outros grupos sociais que vivem no campo. Essa sobrevivência não pode ser vista como exótica, que precisa ser pesquisada, mas sim, como processos distintos de compreensão das relações entre o homem e a natureza.

Woortmann (1987), por exemplo, analisa a ética camponesa brasileira a partir da etnografia, entendendo a vivência camponesa em função de valores e princípios organizatórios centrais, onde se define como “campesinidade”, cujo foco é a ordem

moral centrada na própria ética camponesa. Ele analisa a vida campesina a partir das estruturas sociais e das relações dos indivíduos com a terra e com os outros no cotidiano, na lida no campo. Dessa forma, a terra é vista como parte fundamental da sobrevivência do trabalhador rural, pois existe uma relação proximal entre o campo, o homem e o próprio homem.

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dívida de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1987, p. 12).

A análise da vivência camponesa pelo viés dos valores sociais em vez do valor-trabalho nos leva a compreender a dinâmica rural de forma particular e distinta em diferentes regionalizações. A campesinidade está centrada, pois, na hierarquia, reciprocidade, honra etc., elementos estes que fazem da ética camponesa algo peculiar quando comparada a outras estruturas sociais. Essas especificidades existem porque

nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (WOORTMANN, 1987, p. 23).

Quando analisado o trabalho assalariado no campo, as relações sociais se fazem fundamentais nas produções e reproduções no ciclo agrícola. Os serviços prestados às famílias no campo possuem três valores embutidos: complemento de força de trabalho, na ausência do filho que migrou; auxiliar em épocas de alta produção e cooperação entre assalariado e empregador – mais especificamente, entre trabalhadores do campo. De forma geral, essa dinâmica pode ser vista como exercício de reciprocidade, onde os indivíduos se ajudam e estabelecem relações de confiança, estabelecendo assim, mais uma vez, a campesinidade (WOORTMANN, 1987).

Quando ajuda se conjuga a trabalhadorzinho, os termos remetem à hierarquia. Mas o próprio diarista também expressa a relação como ajuda: 'vou ajudar F. na derrubada da roça'. Ainda que se trate, objetivamente, de uma relação de compra e venda de força de trabalho (que, nem por isso, transforma o comprador em capitalista, ou o vendedor em proletário), ela é representada – significada, pode-se dizer – através de uma categoria que

expressa a reciprocidade entre iguais. No contexto, ajuda não pode significar a relação com o outro, mas apenas com o vizinho, um igual. Construindo-se o assalariamento como ajuda, elude-se a precisão daquele que se assalaria (WOORTMANN, 1987, p. 29).

Outra observação importante no que se refere à campesinidade (no processo como um todo, e não apenas na técnica) é a venda do excedente da produção, no comércio da cidade (majoritariamente, nas feiras) ou simplesmente no quintal da casa. Essa dinâmica explicita os vínculos estabelecidos entre o trabalhador rural e o meio urbano, ou ainda, as estratégias de sobrevivência no campo, por meio das negociações – uma forma diferenciada de obter dinheiro, e/ou trocar objetos.

Mas, a feira não é apenas o lugar de ‘fazer a feira’. É sobretudo, o espaço do negócio, um espaço não controlado pelo camponês; isso no plano das representações, pois, concretamente, muitos negociantes são também lavradores. Enquanto espaço de negócio, a feira se opõe à campesinidade. Por isso, ela se realiza na cidade – na rua – ou no engenho, sempre fora do território camponês. Vale notar que, em Sergipe, quando o comerciante se dirige diretamente ao produtor em seu sítio, a transação é feita sempre fora de casa, no terreiro que separa a casa do caminho, o privado do público, a família de estranho, o puro do impuro (WOORTMANN, 1987, p. 39).

Pode-se perceber ainda que as dificuldades do funcionamento das cooperativas rurais e a herança das terras estão diretamente ligadas às dinâmicas sociais no campo. Essas observações são importantes, pois tanto a constituição das cooperativas quanto a herança das terras sofre uma forte influência da dinâmica migratória dessas comunidades campesinas, que na maioria das vezes se centraliza na população. “[...] o coletivismo interno começa a apresentar rachaduras que se expressam pela recusa dos filhos em aceitar o destino camponês”. Ou ainda, “infringe-se o código matrimonial, casando-se com ‘estranhos’ e recusando o casamento socialmente reprodutivo”. Esses elementos são fundamentais na divisão das regras socialmente construídas na vida campesina. As normas sofrem modificações e a vivência no campo começa a ser repensada, ou mesmo, reinventada (WOORTMANN, 1987, p. 54-55).

O trabalho familiar na agricultura, onde está nítida a participação do pai, da mãe, dos filhos, parentes; ou ainda, não necessariamente nessa ordem, mas exercido pelo núcleo familiar – representa a categoria agricultura familiar. Essa categoria surge como a expressão marginalizada das grandes explorações agrícolas. Se antes, o trabalho da família rural, em pequena escala era visto como campesinato,

agora esta noção tende a se aprofundar a partir das novas percepções que essa dinâmica apresenta. Portanto, a agricultura familiar não é definida apenas pelo ponto de vista das políticas públicas. Como observado em muitos estudos na academia, ela representa a própria noção e vivência de muitas famílias que se reconhecem nessa dinâmica de produzir em menor escala. Nessa dinâmica estão presentes as estratégias diversas de melhorar a renda, nas negociações e inserção em setores profissionais, que não esteja estritamente vinculado ao núcleo rural.

2.2. Da campesinização à (re)campesinização: a multifuncionalidade da agricultura familiar

A construção da categoria agricultura familiar se dá majoritariamente a partir do seio familiar no campo, como é o caso das especificidades da vivência rural em Porteirinha. As relações de produção e reprodução, sociais ou não, são categoricamente distintas em diversas regionalizações e temporalmente transformadas e adaptadas. Nesse sentido, quando se fala de sobrevivência e interação com o campo, é possível dizer que a noção de campesinato deixou de existir, ou se adaptou, transformou-se na linha cronológica do tempo? Como as características de sobrevivência camponesa podem ser observadas nas relações presentes da agricultura familiar com o campo? Como as lutas por autonomia e sustentabilidade presentes na globalização influenciam as dinâmicas de produção e reprodução no campo? Como pensar o agricultor familiar nesse contexto pós-moderno?

Para esses questionamentos podem não existir respostas concretas, mas sim pistas a serem seguidas a fim de se compreender melhor como as estruturas sociais se solidificam no campo e como o campesinato ainda se configura e se reafirma na atualidade, apesar do avanço do capitalismo e, conseqüentemente, da industrialização no ambiente rural como forma de desenvolvimento.

Diante disso, é preciso retomar os padrões que guiam as noções de agricultura familiar e, conseqüentemente campesinato. A égide dessa discussão está centrada nas produções familiares, locais, onde se reproduz a família e a unidade de produção, ambas orientadas para o mercado e o seio social da cidade. A escala de produção presente tanto nos ideais campesinos quanto na agricultura familiar são

as mesmas: pequena escala e local. As relações com o mercado, visualizadas no modo de vida camponês e na agricultura familiar são rudimentares, sem resquícios de dependência total ou necessidade exclusiva de ligação. As interações sociais das duas categorias são proximais, baseadas na confiança, reciprocidade e respeito. Portanto, sem findar as características que colocam a agricultura familiar como linha direta ao campesinato pode-se considera-las como agriculturas camponesas.

Partindo desse pressuposto, depreende-se que o campesinato não se extinguiu ou se aproximou disso, pelo contrário. As formas de vivências camponesas são encontradas nas dinâmicas da agricultura familiar. Houve, por assim dizer, o ato de uma readaptação em novas formas de produzir e reproduzir socialmente, assim como o próprio mercado se modificou e, conseqüentemente, o consumidor e seus desejos de consumo. O que era conhecido como campesinização passa a ser entendido a partir de processo de (re)campesinização, ou simplesmente agricultura familiar, a contar a categoria adotada pelas próprias unidades familiares agricultoras. São “novas” formas de produzir, reproduzir e integrar o ambiente rural. As dinâmicas que partem das experiências camponesas levaram os agricultores a viver mais intensamente e aproveitar ao máximo as dádivas da terra. Dessa forma, a variação e a diversificação de formas distintas e estratégicas de permanência no campo se fizeram presentes.

E foram recriadas não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo: são, no fundo, serviços que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos nesse longo caminho, que hoje vai do produtor rural ao consumidor final (SILVA et al, 2002, p. 40).

Nesse aspecto, as divisões da agricultura em *agricultura camponesa*, *agricultura capitalista* e *agricultura industrial* merecem ser analisadas, a fim de especificar e esclarecer os tipos de produções vinculadas ao campo. Esses três tipos de agricultura estão interligados quando o sujeito central é o campo, bem como o mercado, via de negociações e valor agregado (PLOEG, 2008). A natureza é ponto central dos três tipos de agricultura; o que diferencia é como ela é utilizada. Tanto pela agricultura de cunho empresarial quanto a produção capitalista neste meio não estão preocupados exclusivamente com as questões ambientais e/ou transtornos

envolvendo a saúde, embora muitas dessas produções se envolvam em meios alternativos e/ou sustentáveis de reproduzir a terra. Contudo, o foco central é a obtenção de lucro e o aprofundamento nas relações com o mercado. Ao reproduzir-se socialmente e economicamente, a agricultura camponesa está preocupada com o ciclo disposto pelo meio. Dessa forma, a sustentabilidade se dá naturalmente. Atrelado a essa situação, a fragilidade dessa produção frente aos eventos pluviais, por exemplo, se faz presente. A alternativa passa a ser, então, o envolvimento do agricultor em diversas outras negociações no e além do mercado.

A *agricultura capitalista* está centrada na larga escala. A preocupação e o foco é a produção de renda, aumento de lucros, vínculo direto e necessário com o mercado. Já a *agricultura empresarial* possui relações diretas com o mercado e a indústria. Sua participação nas produções em escala é gradativa e orientada para a comercialização. São, por assim dizer, dependentes do mercado e assíduos nas buscas pelas especializações, insumos, etc., elementos que contribuem para o crescimento da produção agrícola, sem preocupação com a qualidade total final. A partir desse ponto de vista, o uso de agrotóxicos é necessário. A *agricultura camponesa*, por sua vez, almeja o distanciamento da dependência do mercado. A produção de subsistência e as negociações entre os indivíduos são os motivadores e elementos centrais de suas vivências. Ao mesmo tempo em que é conhecida como produção frágil, justamente por não depender exclusivamente do mercado, os agricultores camponeses, ou simplesmente familiares, se destacam nas crises econômicas globais, mesmo com todas as dificuldades políticas, econômicas e sociais. Sob essa perspectiva, destaca-se ainda que “a esfera do tempo é igualmente importante. Normalmente, assume-se que o campesinato e a agricultura camponesa pertencem ao passado, enquanto a agricultura empresarial e a agricultura capitalista representam o futuro” (PLOEG, 2008, p. 19).

Portanto, essas percepções evidenciam que o trabalho no campo, sob o ponto de vista familiar, local, de vizinhança, apresenta a agricultura como área de diversificação e constantes dinâmicas, tanto nas relações sociais ou econômicas, quanto nas relações entre o homem e ambiente vivo. São relações de produção e reprodução que vão além do caráter apenas centrado na economia ou focado na

subsistência. É, por assim dizer, a multifuncionalidade presente na agricultura familiar/camponesa que faz do campo, local de diversas facetas (MALUF, 2002)³.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um amplo conjunto de atividades de 'nichos de mercado' (SILVA et al, 2002, p. 40).

Nesse sentido, multifuncionalidade está ligada diretamente às famílias rurais, ao território, à sociedade e às políticas públicas. São as múltiplas funções que podem ser atribuídas ao trabalhador do campo e suas vinculações com a terra (CAZELLA et al, 2009, p. 48). Esse "novo" campesinato apresenta relações mais próximas com a política e o meio urbano, consequência da atual geração que luta pelos direitos e conseqüentemente por visibilidade, seja na cidade ou até mesmo no próprio campo, diante da agricultura capitalista ou industrial, por exemplo. Existem extensas redes sociais de pessoas que se identificam com a vivência rural ou populações que são parte integrante dela, lutando pela visibilização, autonomia e conquistas diversas, com foco central na permanência no campo. Dessa forma, sem intenção de exaurir as especificidades de unidades familiares rurais, mas com intenção de esclarecer essa dinâmica própria de sobrevivência,

por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, 'situada' num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais. Nesses termos, amplia-se o universo de análise para além das unidades tidas como economicamente relevantes em função da produção que realizam, isto é, as unidades familiares rurais são consideradas em seu conjunto, independentemente do estatuto socioprofissional que lhes é atribuído (CAZELLA et al, 2009, p. 48).

Dentre as diversas funções da agricultura familiar é possível destacar suas relações e promoções de segurança alimentar, proteção do meio ambiente, criação de empregos, gestão de territórios rurais, gestão de recursos naturais, relações de reciprocidade, relações de cooperação, etc. A multifuncionalidade na agricultura apresenta o meio rural, e mais especificamente a agricultura familiar, como espaço multifacetado, território com possibilidade de inserção e relações diretas com a pluriatividade. As negociações e estratégias diversas da "lida" no campo são as

³ As noções abordadas nesta dissertação são breves. Para aprofundamento na temática, além das obras citadas no corpo do texto pode ser consultado CARNEIRO & MALUF (2003).

características principais do agricultor familiar e suas formas distintas de sobreviver no campo.

O sistema de atividades das famílias rurais é entendido como o conjunto das atividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, realizadas pelos membros da família rural, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família (CAZELLA et al, 2009, p. 58).

Os elementos apresentados nas funções da agricultura familiar permitem perceber que o campo é multifacetado. A vivência cotidiana e coletiva é árdua, mas há possibilidade de inserção em diversas atividades, lucrativas ou não. Contudo, o caráter principal da multifuncionalidade na agricultura familiar é a possibilidade de preservação, conservação e cuidados gerais com a natureza, já que o foco na produção não está vinculado à larga escala e ao mercado. Essa temática se torna essencial no atual contexto em que vivemos, bem como se relaciona diretamente com a juventude rural que participa direta ou indiretamente desse processo. Seja por meio da pluriatividade e/ou da multifuncionalidade, a juventude camponesa se encontra inserida nesse contexto. O trabalho familiar no roçado, a labuta na cidade e concomitantemente no campo, a venda da produção da terra ou as negociações entre outros indivíduos, bem como as relações proximais entre famílias, parentes, vizinhos, etc., são exemplos da pluriatividade e/ou multifuncionalidade envolvendo a juventude rural.

Contudo, por meio das entrevistas realizadas e vivências no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha foi possível perceber que as famílias que vivem no campo se reconhecem como trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, a depender se a produção é de cunho agrícola ou não. Dessa forma, em respeito ao autorreconhecimento das comunidades e dos atores sociais, as categorias adotadas nesta dissertação partem dessas percepções. No geral, essas classificações se misturam na região, mas na essência o trabalhador rural não necessariamente deve possuir uma dinâmica familiar de produção para ser considerado como tal. O que se observa em Porteirinha é que devido à dinâmica agrária ser de pequena escala, proximal e de relações parentais, tanto o trabalhador rural quanto o agricultor familiar se encaixa na mesma categoria, segundo os entrevistados.

2.3. O trabalhador rural e sua relação com a pluriatividade

A década de 1990 foi um período de transformação na agricultura brasileira. Nesse período “ocorreram mudanças profundas na regulação, na organização e nas formas de acesso aos mercados agrícolas tradicionais” (WILKINSON, 2008, p.14). A ênfase por parte da economia e do poder político passou a ser dada nas produções de larga escala, bem como mudanças significativas nas técnicas de produção passaram a ser implantadas. Como consequência disso, o agricultor familiar se viu em uma etapa de constantes atualizações. Alterações, compras e investimentos de altos custos no campo passaram a ser necessários. Dessa forma, uma questão foi levantada de modo unânime: como o agricultor familiar em sua pequena produção conseguirá resistir às novas exigências do mercado? Essa observação sobre como obter renda para a permanência no campo foi de fundamental importância, pois esse agricultor não só permaneceu no campo, como prosperou e obteve destaque na produção em pequena escala e com qualidade, e respeito ao meio ambiente.

Duas conclusões podem ser tiradas desta caracterização das tendências dominantes. Em primeiro lugar, para que a agricultura familiar mantenha-se nas grandes cadeias de *commodities* ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Isto exige inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas. Em segundo lugar, os agricultores familiares precisam desenvolver iniciativas autônomas e capacidades próprias que abram alternativas às formas tradicionais de intermediação dos mercados (ou pela agroindústria ou pela figura do atravessador). Neste ponto de vista, deve-se priorizar estratégias de verticalizar a produção agrícola, o que exige novos conhecimentos tecnológicos, gerenciais e mercadológicos. [...] Mais importantes, porém, são as suas implicações políticas que apontam pela necessidade de instrumentos apropriados a um ambiente de experimentação com novas formas de inserção econômica, envolvendo altos riscos – serviços de apoio, linhas de crédito com taxas e prazos especiais (WILKINSON, 2008, p. 15).

Contudo, o diferencial da produção de pequena escala, e de modo particular, da agricultura familiar, é a não dependência total do mercado. As atualizações das formas de produção, relações com o mercado, novos aprendizados e trocas de experiências para o aprimoramento e aumento da renda no campo acontece, mas o trabalhador rural possui autonomia sobre o que aceitar e como adaptá-lo à sua realidade. Quando as relações com o mercado não vão bem, o agricultor procura formas diferenciadas e estratégicas de obter renda para a reprodução da família e do campo. O trabalhador busca através de formas alternativas seu sustento e o de

sua família. São negociações, trocas, vendas, ocupações não agrícolas, etc., que caracterizam a pluriatividade no campo.

A pluriatividade pode ser entendida através da prática de diversas atividades com remuneração, exercida pela mesma pessoa em áreas distintas, desde que uma delas esteja ligada à agricultura⁴. A pluriatividade na agricultura sempre existiu, ou pelo menos, podemos dizer que remete a tempos remotos. No entanto, no Brasil, somente após década de 1990 é que os estudos se concentraram nessa percepção, dadas as circunstâncias pelas quais a agricultura se passava. Essas ocupações diferenciadas se dão nas mais específicas formas, bem como a intensidade delas se modifica quanto ao grau das relações sociais e de interesse próprio.

Assim como a entendemos, a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

A pluriatividade configura-se como estratégias de sobrevivência no campo. São formas específicas que o trabalhador rural encontra para conduzir a dinâmica da família e da terra. Esses modos particulares e estratégicos de negociações econômicas para a permanência rural são baseados nos laços de confiança e reciprocidade. Tais elementos se tornam tão essenciais nas relações de trocas e gestão dos recursos locais, que em determinados pontos alcançam o estágio de redes sociais em que os indivíduos se mantêm fiéis aos parceiros de negociação. Nesse sentido, a *catira*⁵, por exemplo, se torna uma forma diferenciada de

⁴ Existem ainda subdivisões dentro da pluriatividade no que se refere aos seus tipos, bem como, ideias de agricultura em tempo parcial, atividades não agrícolas, etc. Por não ser o foco desta pesquisa, essas concepções não serão aprofundadas. Sobre essas temáticas, ver KAGEYAMA (1998; 2001; 2004); SCHNEIDER (1999; 2000; 2003); SILVA (1997; 1999); SILVA & DEL GROSSI (1998); ANJOS (1995); TEIXEIRA (1998); ALENTEJANO (1997^a); CARNEIRO (1996), dentre outros.

⁵ Refere-se a estratégias de sobrevivência na área rural envolvendo o consumo da família e a herança e continuidade da prole no campo. Essas estratégias, barganhas e negociações, baseadas na confiança e reciprocidade são conhecidas pela comunidade local como “*catira*”. Quando alguém quebra essa relação de confiança é recebido o título de ruim de negócio, que passa os outros para trás. Essa pessoa fica “invalidada” para as negociações por não ter palavra. Para que tenha a arte *catira* é necessário um conhecimento preciso de mercado e excelente “*barganha*” ao negociar (RIBEIRO & GALIZONI, 2007).

negociação, uma característica própria em que se trocam animais, favores, etc., como forma de aumentar a renda e/ou o patrimônio, formas de permanência no campo e busca pela independência/soberania econômica de mercado. O agricultor espera ter 'sossego' e liberdade em sua produção e negociações diversas (RIBEIRO & GALIZONI, 2007). Dessa forma,

A literatura a esse respeito revela que as estratégias são formuladas para garantir a reprodução e, conseqüentemente, a ampliação do patrimônio; mostra também que, com base na confiança e na reciprocidade, são as circunstâncias que constroem moedas e mercados específicos. Assim, é possível compreender as catiras: pautadas por cálculos de longo prazo, cimentadas por relações sociais costumeiras, mediadas por pecúlio vivo, formam um conjunto miúdo e contínuo de trocas de bens de pequeno valor que influem decisivamente no comércio de regiões rurais e, portanto, na sua dinâmica (RIBEIRO & GALIZONI, 2007, p. 67).

Um agricultor pode, por exemplo, trabalhar no roçado pela manhã e, à tarde, ser mecânico na cidade ou comunidade local. Essas atuações distintas se dão em campos também diversos, que integram a renda da família e, muitas vezes, superam os recursos econômicos oriundos da agricultura. Portanto, "a pluriatividade daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem" (SILVA et al, 2002, p. 41).

A existência da pluriatividade no campo apresenta particularidades importantes quando se trata de políticas públicas. É preciso levar em consideração esse novo cenário em que o agricultor se encontra. As atividades não agrárias tornam-se, por assim dizer, índices que apresentam deficiências nas produções agrícolas, seja por falta de investimentos e/ou problemas ambientais. Esses danos refletem diretamente na sobrevivência das famílias rurais e no tão discutido envelhecimento populacional, onde a saída da juventude do campo se dá devido à produção insustentável e renda limitada e insuficiente para sua permanência e reprodução de sua nova família (quando assim desejar).

A conclusão de peso que Graziano tira desta análise é que somente com acesso a ocupações não-agrícolas seria possível estabilizar e elevar as rendas das famílias rurais aos níveis das famílias urbanas. Os dados da PNAD mostram que, na mesma região, as rendas não-agrícolas são substancialmente maiores que as agrícolas, fazendo com que as pessoas ocupadas no meio rural em atividades não-agrícolas tenham uma renda maior que nas atividades agrícolas. A existência de ocupações não-agrícolas no meio rural implica, na frase lapidar do autor, que o produtor rural 'não precisa mudar para a cidade pode mudar de ramo'. O aumento

do número de desocupados no meio rural procurando emprego reforça esta conclusão. No entanto, na mesma atividade, a renda média urbana é sempre maior que a rural, com o diferencial mais acentuado no caso de agricultura (SILVA, 1997, *apud* WILKINSON, 2008, p. 75).

Tanto a multifuncionalidade quanto a pluriatividade presentes no campo evidenciam a capacidade de adaptação que o trabalhador rural tem. Essas observações não podem ser vistas como suficientes e/ou estagnadas, mas sim como maneiras diversas de solucionar problemas enfrentados no campo e lutas cotidianas pela sobrevivência. Esses sinais evidenciam o esquecimento da população agricultora por parte do poder político, bem como consequência da industrialização no campo. A permanência no ambiente rural se torna difícil e com remuneração insuficiente, o que, por sua vez, colabora para a migração dos atores sociais, jovens rurais ou não. Dessa forma,

nas unidades familiares de produção, o sistema produtivo em geral se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico (composto pelos membros da família). Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas. À medida que o sistema produtivo passa a ser submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que, aos poucos, vai comprometendo várias de suas características originais. Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida. O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura (SCHNEIDER & NIEDERLE, 2008, p. 41).

Portanto, conforme observado pelos autores, além da capacidade multifuncional que o campo possibilita, é possível conciliar atividades diversas, como forma de equalizar a renda familiar, a fim de obter recursos extras para custear a qualidade de vida. Contudo, essas relações mercantis entre o trabalhador do campo e os interesses econômicos urbanos podem sofrer transformações quando são conjugados.

2.4. Fronteira rural/urbana: do imaginário ao processo real

Há relações muito proximais entre campo e cidade, sejam elas centradas nas dependências ou não. Quando o assunto é juventude rural essa proximidade rural/urbana se torna mais contundente. Por meio das tecnologias diversas, bem como os meios distintos de transportes, a distância entre esses meios parece cada dia mais curta. É difícil dizer e/ou determinar onde começa o campo e onde termina a cidade, em algumas unidades regionais.

Dessa forma, surgem indagações peculiares e, muitas vezes, com respostas consideradas pelo próprio sujeito da questão, o trabalhador rural, óbvias sobre essas relações: como as relações entre campo e cidade são estabelecidas? A que se deve a aproximação entre o urbano e o rural? Quais as consequências dessas relações? Como o trabalho se insere na aproximação entre o rural e o urbano? Como a mobilidade populacional influencia na aproximação entre a cidade e o meio rural?⁶

Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma poderosa realidade. Após o quase desaparecimento das cidades arcaicas, na Europa ocidental, no decorrer da decomposição da romanidade, a Cidade retomou seu desenvolvimento. Os mercadores mais ou menos errantes elegeram para outro centro de suas atividades aquilo que substituiu de antigos núcleos urbanos. Inversamente, pode-se supor que esses núcleos degradados exerceram a função de aceleradores para aquilo que restava da economia de troca, mantida por mercadores ambulantes (LEFEBVRE, 1969, p. 12).

A transformação capitalista que envolveu/envolve a cidade modifica suas relações. As dinâmicas sociais são alteradas em função da comercialização e do desenvolvimento. Os centros urbanos são tidos, segundo Lefebvre (1969), como centros de acumulação, tanto econômicos, quanto culturais e artísticos.

Apenas hoje é que começamos a apreender a *especificidade* da cidade (dos fenômenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as

⁶ As noções sobre rural e urbano abordadas nesta dissertação são muito breves. Para questões mais pontuais sobre o assunto consultar LEFEBVRE (1969; 1999; 1991); DAVIS (1970); CASTELLS (1983); CARDOSO (1990); MONTE-MÓR (1994; 2003; 2004), dentre outros.

transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e organizações etc.); ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações (LEFEBVRE, 1969, p. 52).

A cidade é, por assim dizer, constituinte essencial das relações humanas. As integrações e interações sociais é que moldam, constroem e modificam as dinâmicas das cidades. Essas alterações no ambiente urbano partem do cotidiano, sem uma caracterização específica que dita seus caminhos, mas que existem e tornam reais as aproximações entre campo e cidade, por exemplo.

Portanto, a distância entre a cidade e o campo era vista há não muito tempo como enorme. A capital, então, era tida como desejo de passeio, lugar central, desenvolvido e avançado. Essas noções deixaram de existir, uma vez que os vínculos com o meio urbano foram estabelecidos e reforçados. Hoje as trocas de experiências entre pessoas rurais e urbanas são tão fortes que se torna difícil identificar quem pertence a cada meio. Não que deva existir essa separação, mas uma vez instaurada a globalização, tais características eram ressaltadas e a população rural marginalizada/esquecida pelo seio urbano. A percepção desses limites considerados imaginários leva a compreender que

os adjetivos *urbano* e *rural*, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo, sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isso acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. O que são hoje as cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Bela Vista de Minas ou qualquer outra cidade grande, média ou mesmo pequena no Brasil contemporâneo ou no mundo? Onde começam e onde terminam? De outra parte, o que é o campo na atualidade? A cooperativa agrícola da Cotia ou a Barretos do peão boiadeiro em São Paulo? Povoados e distritos distantes como Milho Verde, ou a periferia das cidades, chamada “área rural”? Ou, ainda, as grandes fazendas, as agroindústrias, os acampamentos do MST, no Nordeste, no cerrado ou na Amazônia? Em qualquer caso, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo como da cidade, é cada vez mais difusa e difícil (MONTE-MÓR, 2006, p. 10).

Para entender como as relações entre a cidade e campo são estabelecidas é preciso retomar a observação discutida anteriormente, de que a agricultura

camponesa não está chegando ao fim. A multifuncionalidade, por exemplo, evidencia que existem possibilidades diversas de produção no rural, sobretudo quando a questão envolve os cuidados com o meio ambiente. Quando se trata de segurança alimentar, por exemplo, os consumidores tendem a se aproximar cada vez mais das produções agrícolas orgânicas, a fim de garantir um alimento bom, justo e limpo. A produção deve primar não só pela qualidade do produto, mas também pelo zelo com o ambiente em que ele é produzido. Essas proximidades entre fornecedor e consumidor contribuem automaticamente para fortalecer os vínculos e possibilidades diversas para transformar a distância entre a cidade e o campo, que saem do imaginário para o real. O que era visto como distante, invisível e economicamente atrasado, agora é visto como possibilidade, exemplo, proximidade e real.

A pluriatividade reforça esse encontro entre trabalhador do campo e cidade. Agora o agricultor não é mais visto como elemento desconectado da vivência urbana, invisível, ele é visto como sábio, forte e pluriativo. Esse trabalhador se insere cada vez mais, por necessidade de atualização, à dinâmica urbana. A consequência disso é que cada vez mais a fronteira entre o rural e o urbano se torna mais estreita, muitas vezes imperceptível aos olhos e às vivências coletivas. Os atores sociais podem viver no campo, mas trabalhar nas cidades próximas. Podem, inclusive, sair do campo por períodos de colheitas em outros estados, mas permanecem com os vínculos com o campo. Outros ainda vão morar nas cidades, mas boa parte dos fins de semana passam trabalhando no sítio dos pais ou da família, ou então, visitam e consideram a estadia no espaço rural como tranquila, área de sossego e paz com amigos.

A juventude rural pode ser vista como importante elemento conectivo que liga as experiências urbanas com as rurais. As tecnologias atuais atingem majoritariamente essa população: torneios de futebol, reunião de grupos de jovens, caronas, vagas de emprego, encontros religiosos, notícias diversas, etc., são difundidos via telefone celular, pelos mais diversos aplicativos.

Essa tecnologia influencia também nas formas de manejo e cursos de extensão oferecidos via internet. Aprendizados distintos são trocados por esses meios digitais. O que interessa aqui é a percepção de como o rural está cada vez mais

relacionado com o urbano, por meio da juventude. Contudo, essa aproximação entre campo e cidade possui pontos negativos, como nas mais diversas relações que podem existir no mundo. Exemplo disso é o fato de que o índice de roubo nas áreas rurais tem aumentado gradativamente.

Ao que parece, a dicotomia entre o rural e o urbano pode não mais existir, ou pelo menos foi reduzida a um nível quase imperceptível. A invisibilidade da população rural, sobretudo a jovem, ainda é existente, mas as relações entre as duas áreas são proximais e reais. O estreitamento dessas relações não significa generalizar as percepções do campo ou da cidade via políticas públicas. Elas precisam ser pontuais e específicas, bem como avaliadas se de fato são coerentes ou não com a população atendida.

Para todas essas atividades, a educação, a qualificação e o treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado das pessoas. Enfim, é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido (SILVA et al, 2002, p. 63).

As políticas públicas direcionadas para o campo são geralmente de curto prazo e enviesadas pelo assistencialismo. Elas precisam ser mais específicas, coerentes e com a finalidade de findar a pobreza no campo, grande problema que assola há séculos o campo e não tem perspectiva de acabar, caso a avaliação dessa área permaneça como está.

Pensar as relações sociais entre a cidade e o campo é pensar em como as sociedades se organizam e se estruturam na atualidade. Esses fatores contribuem para evidenciar que o campo não é local isolado, esquecido e atrasado, mas sim, espaço de dinâmica, aprendizado e relações tão profundas quanto às observadas nas unidades urbanas. O campo é espaço de desavenças, felicidades, conquistas, desafios e transformações cotidianas e a juventude é parte integral desse contexto, conforme será analisado no Capítulo 4, que é precedido pela apresentação dos dados e métodos que serviram de base para investigação empírica.

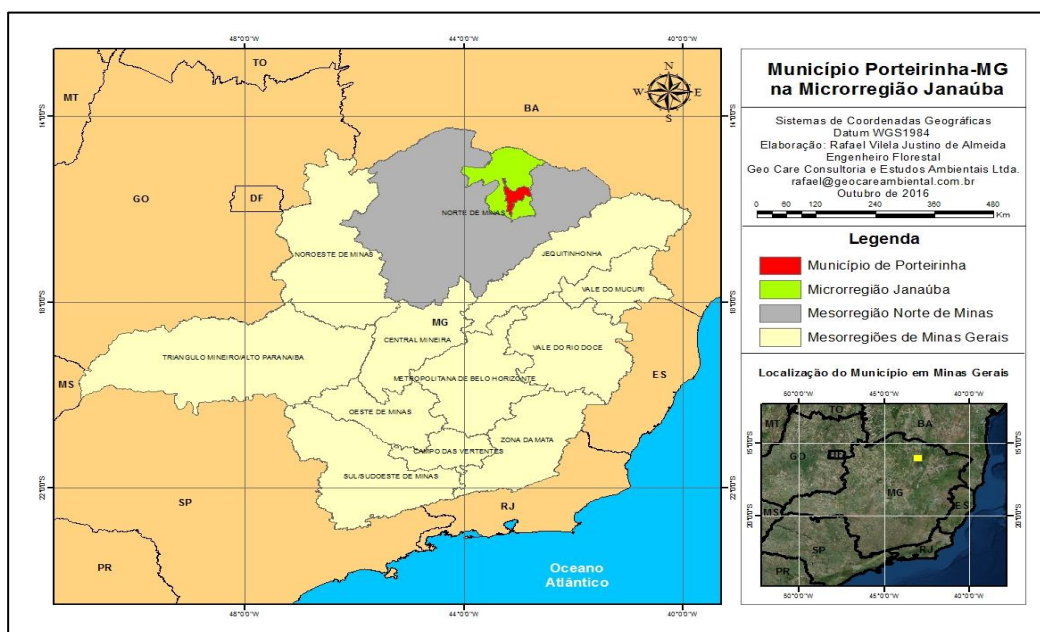
3. UNIDADE DE ANÁLISE, DADOS E MÉTODOS

Com base nos objetivos propostos, este capítulo descreve os dados e métodos utilizados para análise dos desafios, possibilidades e limitações que configuram o contingente populacional formado por jovens habitantes da área rural do município de Porteirinha. Essa descrição é precedida pela apresentação de alguns traços característicos da população de referência.

3.1. Unidade de Análise

Criado em 1938, o município de Porteirinha está localizado na Mesorregião Norte de Minas Gerais, Microrregião de Janaúba (Mapa 1), numa área de 1.745,15 km². Em 2014, segundo estimativa da Fundação João Pinheiro (2016), Porteirinha contava com 38.709 habitantes, 47,2% deles residindo na área rural. A densidade populacional do município é de aproximadamente 22,0 habitantes por km² e ele está distante 582 km da capital mineira, Belo Horizonte, e 165 km da cidade polarizadora da região Norte de Minas, que é Montes Claros.

Mapa 1: Município de Porteirinha na Mesorregião Norte de Minas Gerais



Fonte: IBGE, 2010. Cartografia: Rafael Vilela Justino de Almeida.

A história de Porteirinha é usualmente conhecida a partir de duas vertentes distintas. A primeira segue baseada na teoria de que bandeirantes paulistas desbravadores, em busca de terras ricas em ouro, prata, esmeraldas e pedras preciosas de modo geral, usavam a região como pouso para os tropeiros, bem como obtenção de terras para produção. Nomes de tropeiros desse período são conhecidos na cidade como os primeiros fazendeiros a se estabelecer no local, em meados do século XVII: Severino dos Santos, José Cândido Teixeira, Galdino Teixeira, José Antônio da Silva, João Soares, João Pereira e José Miguel. As atividades desses tropeiros se desenvolveram além de ocupações na região e eles se tornaram importantes figuras públicas e negociadores, além de senhores de grandes extensões de terras e escravos na região.

Nessa mesma perspectiva, conforme apontado pelo IBGE (2016), Porteirinha era uma região que “servia de pouso aos que vinham do Nordeste e do sertão baiano, procurando encurtar a trilha que leva ao terminal da estrada de ferro, em Sabará”. O fato de existir “uma brecha entre os altos troncos, de um lado e de outro da clareira, lhes servia de acesso, era como porteiras”. Por esse motivo, os passantes por essa região e que buscavam repouso se referiam ao local como Porteirinha.

A outra versão encontrada sobre a origem do município é a partir dos estudos de Oliveira (2008), que ao entrevistar Juvenato Nunes da Silva, neto de Veríssimo Nunes de Brito, percebeu que a origem do nome Porteirinha está centrada na dimensão do caminho de passagem dos viajantes e moradores da região. Essa percepção leva à denominação de forma casual, inicialmente sem intenção, mas que acabou servindo de parâmetro para a determinação do local.

A primeira versão é a mais aceita entre os estudiosos e a população local. A jovem Alana, residente na área rural do município, quando indagada sobre a origem do nome Porteirinha enfatizou que

tem uma história que pai e mãe me contam, e tem no site da prefeitura. Que é porque aqui era caminho dos tropeiros, que faziam contato entre Bahia e essa parte do Sudeste e Nordeste. E aí passava por aqui, e aqui tinha um rio, que é o Rio Mosquito. Então era ponto de parada e tinha uma pequena cancela, porteira perto do rio. E aí, então, Porteirinha. Mas essa é a versão da história que eu acredito e todo mundo aqui de Porteirinha (Alana, 24 anos, curso superior).

A economia de Porteirinha girava em torno da dependência e exclusividade de serviços oriundos da produção do algodão – uma teia complexa de produção e reprodução de algodão em escalas nacionais e internacionais, que conferiu o título de “capital do algodão” ao município. Posteriormente, a cidade se transformou em um centro de pessoas desempregadas, desocupas e sem perspectivas de inserção profissional, já que a dinâmica socioprofissional da região era voltada para esta atividade em questão.

Pensar nessas transformações, sobretudo econômicas, que afetaram Porteirinha, é dialogar diretamente com a movimentação migratória na cidade, já que alguns dos jovens entrevistados elencaram a falta de emprego na cidade como motivação principal para as buscas por emprego em outras cidades e/ou estados.

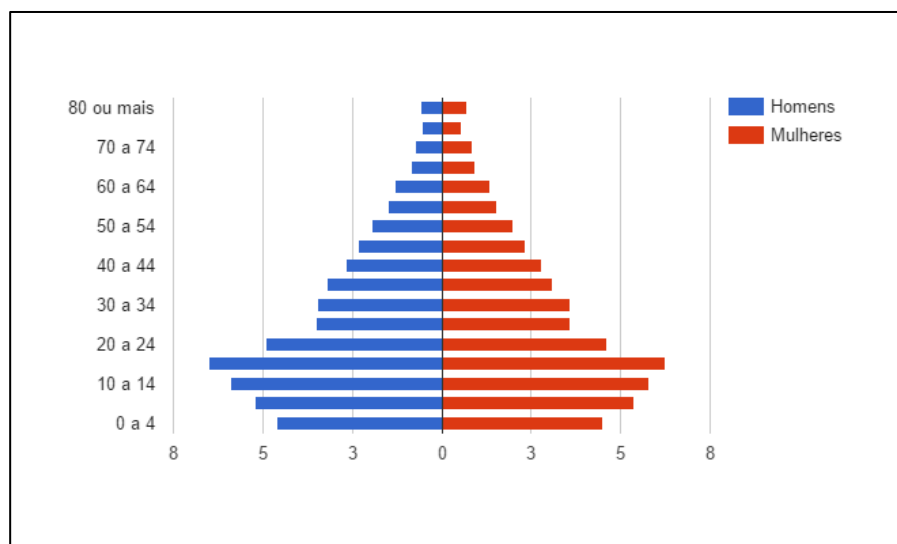
Essa dinâmica se relaciona também às precariedades climáticas que assolam a região. A produção agrícola sofreu, e ainda sofre com a escassez das chuvas. Por mais que alternativas sejam criadas, como construções de caixas d’água, barraginhas etc., a situação no campo não se modifica consideravelmente. Portanto, as problemáticas colocadas pelas populações do campo referentes às suas sobrevivências são migração, sobretudo juvenil, falta de emprego e de condições adequadas de produção agrícola, com destaque para a precariedade de acesso à água.

No período compreendido entre a realização dos dois últimos censos demográficos (2000 e 2010) a população de Porteirinha apresentou crescimento negativo que resultou em retração do volume populacional do município, de 37.890 habitantes em 2000 para 37.638 em 2010.

As figuras 1 e 2 revelam que entre 2000 e 2010 o município de Porteirinha vivenciou um processo de transição demográfica e de envelhecimento populacional, tendência que já vinha se delineando pelo menos desde a última década dos anos 1990. As pirâmides etárias de 2000 e 2010 evidenciam uma clara redução da proporção de população nas faixas etárias mais jovens e consequente aumento na parcela de população de mais idade. Contudo, mais de 1/3 da

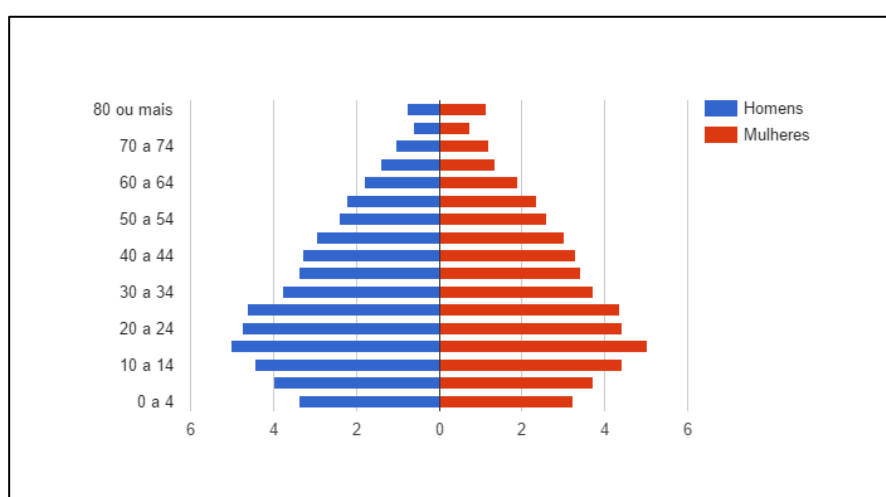
população do município permanece na faixa etária que pode ser considerada jovem (15 a 34 anos).

Figura 1: População do município de Porteirinha, por idade e sexo, 2000



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Pesquisas Aplicadas. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Figura 2: População do município de Porteirinha, por idade e sexo, 2010



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Pesquisas Aplicadas. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>. Acesso em: 16 mar. 2017.

No que diz respeito especificamente aos jovens, os dados censitários apontam um processo de diminuição da parcela residente em áreas rurais (50,7% em 2000 e 47,5% em 2010). Ainda assim, em 2010 mais da metade da população de jovens de 15 a 19 anos do município de Porteirinha (52,5%) ainda residia fora do perímetro urbano. Os dados apresentados na Tabela 1 mostram também que o percentual de jovens de 15 a 29 anos residentes no meio rural de Porteirinha diminuiu entre 2000 e 2010, mas no segmento populacional de 30 a 34 anos houve um aumento da percentagem de pessoas residindo na área rural.

Tabela 1: Distribuição proporcional da população jovem (15 a 34 anos) do município de Porteirinha, por faixa etária e situação de residência, 2000 – 2010

Grupos de Idade (em anos)	Percentual de população de 15 a 34 anos					
	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
15 – 19	45,9	54,1	100,0	47,5	52,5	100,0
20 – 24	48,2	51,8	100,0	51,9	48,1	100,0
25 – 29	52,6	47,4	100,0	57,5	42,5	100,0
30 – 34	54,2	45,8	100,0	53,2	46,8	100,0
15 – 34	49,3	50,7	100,0	52,3	47,7	100,0

Fonte dos dados básicos: IBGE (RJ). **Censo demográfico 2000:** características gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade; Minas Gerais 2000. Rio de Janeiro, 2003. IBGE (RJ). **Censo demográfico 2010:** resultados gerais da amostra por área de ponderação. Rio de Janeiro, 2013.

Em 2010, do total de domicílios do município de Porteirinha 73,3% estavam ligados à rede geral de distribuição de água, mas apenas 16,9% contavam com rede geral de esgoto e 6,9% não tinham banheiro ou sanitário. Nesse mesmo ano, 86,4% da população urbana de 5 anos ou mais estavam alfabetizadas, mas o percentual de alfabetizados residentes na zona rural foi bem inferior: 73,4%. Levando em consideração somente o segmento de jovens na faixa etária de 15 a 34 anos os percentuais de alfabetizados aumentam para 96,8 no urbano e 93,0 no rural. Também em 2010, apenas 27,8% da população de Porteirinha com 25 anos ou mais haviam completado o ensino fundamental e 18,4% o ensino médio, percentuais que, no conjunto do estado de Minas Gerais eram de 46,4 e 32,3 respectivamente (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Em relação à situação de vulnerabilidade social, dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (2013) revelam que, “em 2010, das pessoas que viviam em domicílios com renda per capita abaixo de ½ salário mínimo (vigente em julho de

2010) e com a presença de idoso, 79,94% eram dependentes da renda desses idosos”. No mesmo ano, “dos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos que viviam em domicílios com renda per capita abaixo de ½ salário mínimo (vigente em julho de 2010) 32,98% não estudavam e nem trabalhavam”. Ainda, “considerando-se as mães chefes de família com filho menor de idade, 10,93% delas não tinham o ensino fundamental completo”.

3.2. Dados e Métodos

Antes de discorrer sobre dados e métodos parece adequado e fundamental a referência à sutileza e percepção ímpar de Brandão (1986) às diferentes formas de aprendizado e educação relacionados ao campo. Trata-se de um ensinamento exclusivo de processos metodológicos quando se trabalha com populações rurais. Para ele,

a evidência de que, mesmo expropriado culturalmente e submetido ao poder de uma ideologia dominante, o mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer. De reproduzir frações da vida, da sua ordem social e da representação da vida camponesa. Em suas comunidades, o campesinato preserva e reinventa tecnologias agrárias de trabalho sobre a natureza e de transformação dos frutos colhidos. Comunidades rurais criam e, quando necessário, revêem e atualizam códigos próprios de relações sociais dentro da classe e nos espaços de domínio entre ela e outras. Com uma rara e às vezes nem sempre revelada sabedoria, codificam, legitimam e usam princípios e regras de trocas de ações de serviço com sujeitos e grupos mediadores de classe. Sujeitos como o educador, o cientista social, o agente de mudança, o agrônomo extensionista, o assistente social, o médico, o padre e o político. De geração em geração constroem e preservam sistemas complexos de crenças e cultos da religião e da filosofia popular: suas cosmologias de referência e o repertório do imaginário mítico e sociológico. Criam e usam rituais do sagrado e festivas cerimônias profanas, além de incontáveis tipos de artes e ofícios. Tudo aquilo que às vezes se vê mais como produto do que como vida e que, distraídos, gostamos de gravar, fotografar ou pendurar nas paredes brancas da casa nova (BRANDÃO, 1986, p. 15).

Portanto, tendo apresentado o ponto de partida, a presente pesquisa baseou-se em informações de natureza qualitativa, coletadas por meio de entrevistas em profundidade com jovens de 15 a 34 anos residentes em Porteirinha e, também, com membros de associações, sindicatos e representantes de movimentos sociais. A escolha desses jovens se deu de forma aleatória e a partir do interesse em participar desse processo de pesquisa. Houve também conversas informais com

representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha (STR), agricultores e entrevista com uma professora da educação básica estadual da cidade, onde foram levantadas percepções da população rural juvenil e sua representatividade para o município, bem como, vivências no rural.

A pesquisa qualitativa não se preocupa meramente com a representatividade numérica dos dados, mas sim com o aprofundamento da compreensão dos elementos adquiridos em campo, sejam eles analisados em gabinete ou externos a esse espaço⁷. Levou-se em consideração que os pesquisadores que abordam a metodologia qualitativa em suas pesquisas, “recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social” dos atores, uma vez que o pesquisador não pode interferir com objeções pessoais, nem permitir que, de modo geral, seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa desenvolvida e/ou em desenvolvimento (GOLDENBERG, 2004, p. 16-17). A interação em campo procurou respeitar ao máximo os direitos das pessoas e colocar o pesquisador em inteira disponibilidade para esclarecimentos, antes e depois da ida a campo.

A pesquisa de campo, por assim dizer, evolve além de um trabalho minucioso em bibliografias diversas, a coleta de dados junto a pessoas em campo. É uma aproximação mais específica entre pesquisador e pesquisado (FONSECA, 2002, p. 32). Para a realização da pesquisa pode-se recorrer a questionários, entrevistas, etc. Técnicas e ferramentas que possibilitaram ao pesquisador obter as respostas de suas indagações prévias e complementares – que foram surgindo ao longo da pesquisa⁸.

As entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado (Anexo 1), com um conjunto de questões comuns a todos os entrevistados e possibilidade de ênfase em aspectos específicos definidos em função da experiência vivida pelo

⁷ Não se trata de discutir sobre qual forma de trabalho é mais importante. Essa discussão já fez parte das observações de Peter Burke em “Uma história social do conhecimento II”. Para ele, “o trabalho de campo veio a se firmar cada vez mais como prática estabelecida na segunda metade do século XVIII, gerando conflitos entre o ‘campo’ (terrain) e o gabinete (cabinet), e rivalidades entre estudiosos nômades e sedentários, entre profissionais na periferia e profissionais no centro”. Contudo, segundo o autor, as especificidades de cada abordagem tomaram espaços e ambas passaram a ser vistas como formas distintas de desenvolver pesquisas. A relevância passou a ser dada na armazenagem dos conhecimentos (BURKE, 2012, p. 45-67).

⁸ Para aprofundar nas diversas técnicas de pesquisa de campo, consultar FODDY (1996), MINAYO (2001) e FLICK (2004), dentre outros.

respondente. O número de entrevistas foi definido com base no critério de saturação, ou seja, elas foram realizadas até que novos fatos ou aspectos relevantes, de acordo com os objetivos da pesquisa, deixaram de ser mencionados. Os entrevistados concordaram com o termo de consentimento da participação como sujeito na pesquisa, bem como com o sigilo das identidades pessoais na divulgação dos resultados. Assim, os nomes dos entrevistados divulgados ao longo da dissertação são fictícios.

Para ajuste do roteiro das entrevistas foi aplicado um pré-teste, a fim de adequar questões e revisar conteúdos para a proposta final de entrevista e questionário. Houve participação dos jovens do município tanto na elaboração quanto na revisão do questionário. Isto porque partiu-se do entendimento de que a entrevista deve ser uma ferramenta de interação entre o pesquisador e o pesquisado, por propiciar o acesso à realidade social dos indivíduos. Essa abordagem permite ainda que o indivíduo, foco da pesquisa, seja também construtor do trabalho. Desde o processo inicial aos resultados a participação da população-alvo se torna fundamental. Nesse sentido, conforme apontado por Poupart (2008),

uma terceira posição, similar ao pós-modernismo, defende que os pesquisadores deveriam, [...] não só tratar as pessoas como sujeitos capazes de analisar sua própria situação, mas igualmente produzir análises de “múltiplas vozes”, isto é, análises em que o ponto de vista dos diferentes atores que participam da pesquisa se encontre expresso. Em lugar de dar uma versão única sobre a realidade dos outros buscando se impor, as análises deveriam ser o resultado de uma construção mútua, o produto de um diálogo entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas. As interpretações seriam, desde então, o fruto de um acordo entre pesquisadores e participantes da pesquisa (POUPART, 2008, p. 219-220).

Do ponto de vista operacional, as informações qualitativas foram processadas e sistematizadas com o auxílio do software NVIVO⁹. Na seleção de transcrições que subsidiam as análises ou que as ilustram adotou-se como parâmetro básico o da representatividade, ou seja, foram incluídos trechos de relatos que expressam a posição da maioria dos entrevistados. Ainda assim, não se pode generalizar os resultados, uma vez que a amostra não é estatisticamente representativa. Mas o

⁹ O NVivo é um software desenvolvido para analisar dados oriundos de métodos qualitativos e variados de pesquisa científica. Ele é projetado para organizar, analisar e encontrar informações em dados não estruturados ou qualitativos, de forma prática, como: entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo via web (QSR International, 2016) (<http://www.qsrinternational.com>).

ganho em ancorar o estudo em dados qualitativos é inestimável, tendo em vista o objetivo de entender, e não necessariamente medir, os fenômenos inerentes à juventude residente na área rural de Porteirinha, e o fato de que em nenhuma base de dados quantitativos há disponibilidade das informações coletadas via entrevistas em profundidade com a juventude rural de Porteirinha.

Inicialmente, a previsão era entrevistar apenas jovens residentes na área rural do município de Porteirinha. No entanto, a análise das informações coletadas durante o pré-teste revelou a importância de incorporar também uma parcela de jovens com residência no setor urbano, pois parte considerável desses jovens havia residido na zona rural e, adicionalmente, ainda interagiam com o segmento populacional vivendo no campo.

No total, foram entrevistados 20 jovens com idade entre 15 e 34 anos, 16 residindo na área rural e 4 com local de residência na área urbana. A escolha dos jovens participantes da pesquisa teve como base a técnica de amostragem em bola de neve, assim definida por utilizar uma cadeia de referência a partir do desenho do perfil esperado indicado pelo pesquisador (VINUTO, 2014).

O Quadro 1 apresenta um perfil dos jovens entrevistados.

Outra vertente da pesquisa envolveu a utilização de dados secundários que permitiram uma breve caracterização sociodemográfica da população do município de Porteirinha, com ênfase no segmento formado por jovens de 15 a 34 anos. Além de dados censitários foram utilizadas informações provenientes de registros administrativos e de indicadores sociais, tais como aqueles disponíveis nas bases de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).

Quadro 1: Perfil dos jovens de 15 a 34 anos entrevistados no município de Porteirinha entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017

Nº	Nome	Idade	Sexo	Renda (R\$)	Residência	Instrução	Estado civil	Ocupação
1	Paulo	34	M	1.500,00	Rural	Técnico	Solteiro	Técnico agrícola
2	Charles	27	M	937,00	Rural	Ensino Médio	Solteiro	Gesseiro
3	Alana	24	F	1.874,00	Rural	Curso Superior	Solteira	Professora
4	Kelly	26	F	0,00	Urbana	Ensino Médio	Divorciada	Do Lar
5	Carla	25	F	1.874,00	Urbana	Graduação	Solteira	Professora
6	Beatriz	22	F	0,00	Rural	Ensino Médio	Solteira	Agricultora
7	Cássia	25	F	937,00	Urbana	Ensino Médio	Solteira	Secretária
8	Carlos	34	M	1.500,00	Rural	Técnico	Solteiro	Técnico agrícola
9	Marcos	20	M	468,50	Rural	Ensino Fundamental	Solteiro	Agricultor
10	Patrícia	25	F	468,50	Rural	Curso Superior	Solteira	Agricultora
11	Lucas	30	M	937,00	Rural	Ensino Médio	Solteiro	Agricultor
12	Ana Clara	27	F	937,00	Urbana	Médio incompleto	Solteira	Secretária
13	Bárbara	21	F	0,00	Rural	Médio incompleto	Solteira	Estudante
14	Priscila	23	F	937,00	Rural	Curso Superior	Solteira	Agricultora
15	Pablo	33	M	937,00	Rural	Ensino Médio	Casado	Agricultor
16	Wesley	19	M	937,00	Rural	Fundamental	Solteiro	Agricultor
17	Gustavo	29	M	1.874,00	Rural	Técnico	Casado	Técnico agrícola/Agricultor
18	Bianca	32	F	1.874,00	Rural	Ensino Médio	Casada	Secretária/Agricultora
19	Ricardo	18	M	0,00	Rural	Fundamental	Solteiro	Estudante
20	Samuel	28	M	1.874,00	Rural	Ensino Médio	Casado	Vigilante/Agricultor

Fonte: Pesquisa de Campo.

4. JUVENTUDES RURAIS PORTEIRINHENSES E RELAÇÕES FAMILIARES: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Proponho para reflexão o tema pensar a juventude rural no contexto das novas mentalidades presentes no cenário rural em decorrência da crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade. Entendo que a intensificação da comunicação com a cidade, na atual conjuntura, nos coloca como importante desafio entender os valores e novos anseios dos jovens de residência rural em face não apenas da atração que a cidade e seus bens materiais e imateriais exercem sobre eles como também, na direção oposta, em face da revalorização do meio rural por segmentos da população urbana (CARNEIRO, 2007, p. 53).

Este capítulo visa compreender como se estruturam as discussões contemporâneas envolvendo a população jovem rural; as relações sociais que se estabelecem nas interações entre campo e cidade, redes sociais; e como a juventude agricultora se torna agente nas buscas pelas políticas públicas para o campo e conseqüentemente para suas gerações. Por fim, como é ser jovem do campo em Porteirinha, sob a égide das possibilidades e desafios cotidianos dessa sobrevivência, compreendo sobre qual juventude rural se está falando e de qual rural essas percepções partem. Esse percurso é de fundamental importância para delimitar as linhas de abrangência desta dissertação. Essa discussão é precedida pela delimitação, em linhas gerais, do contexto que singulariza a agricultura familiar em Porteirinha, a começar pelo acesso à terra, uma vez que se trata do condicionante principal que configura a perspectiva da juventude rural do município.

4.1. A agricultura familiar em Porteirinha: do acesso a terra à dinâmica de produção

A categoria agricultura familiar pode ser utilizada pelo viés político, mas é, majoritariamente, uma percepção que parte da própria instituição familiar rural. Na academia a noção de agricultura familiar passa necessariamente por algumas vertentes para a sua afirmação e reconhecimento como unidade. Não existe consenso entre muitos pesquisadores sobre a relação entre a agricultura familiar e o campesinato, embora seja notória a relação entre essas categorias.

Muitos pesquisadores escolhem o tamanho da área do estabelecimento como critério central para distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal, sendo este o critério mais fácil de constatação num questionário, dentro de uma margem pequena de erro. Outros critérios discutidos são: o grau da utilização da mão-de-obra familiar, a renda do agricultor, a significância do autoconsumo (subsistência), as regras de herança, a relação com os recursos naturais, a cultura, dentre outras possibilidades (SCHMITZ & MOTA, 2006, p. 909).

Contudo, essas noções não são totais e definitivas, principalmente quando se analisa a área de abrangência da produção familiar. São visões que partem da comparação com a grande produção agrícola, em que a concentração fundiária e a abrangência dos mercados são elevadas. A característica principal da produção familiar está centrada na participação do núcleo familiar nas atividades agrícolas; não existe uma ligação exclusiva com o mercado capitalista. Atrelado a essa dinâmica estão as diversas estratégias de sobrevivência no campo, que garantem uma renda auxiliar à agricultura.

Dentre as estratégias de sobrevivência existem as negociações que acontecem em mercados locais nas cidades e/ou lugarejos. Contudo, não é pré-condição para a existência da atividade. Quando as produções não atingem o esperado, quando não apresentam excedente, os usufrutos da terra são colhidos e usados para a alimentação da família. Há também a cooperação entre os agricultores familiares. Caso não tenham produtos suficientes para vender na feira e a família já esteja atendida com a colheita, os alimentos são, por sua vez, trocados com vizinhos e/ou vendidos, ou ainda, doados para os moradores/amigos próximos.

É nessa perspectiva que é formada a noção de agricultura familiar em Porteirinha. As noções encontradas em entrevistas e conversas informais com agricultores parecem revelar que as próprias famílias rurais se reconhecem em uma dinâmica agrária de cunho familiar. Por meio dessas percepções compreende-se também que esse autorreconhecimento propicia, além de uma produção centrada nas relações sociais, uma busca pela qualidade dos alimentos.

A negociação dos frutos agrários contribui para o estabelecimento da confiança e reciprocidade entre o vendedor e o comprador. Quem compra um determinado produto de um agricultor tende a permanecer cliente dessa pessoa, caso sua produção seja de qualidade e saudável, sem adição de agrotóxicos. Na feira do Mercado Municipal, em Porteirinha, é comum encontrar pessoas que só compram e

recomendam determinadas barracas. Essa confiança tende a se dividir para cada produto. “A banana de melhor qualidade é encontrada na barraca de fulano”; “as melhores hortaliças são vendidas por ciclano, ela não usa veneno”¹⁰. Em contrapartida, os agricultores valorizam essas relações de confiança, priorizando a compra de alguns itens. Produtos com melhor aparência, ou se estão quase chegando ao fim, são reservados para os clientes que são fiéis nas comercializações semanais. Muitos agricultores inclusive entregam as encomendas nas casas desses clientes/amigos.

Os agricultores familiares de Porteirinha possuem, em sua maior parte, vínculos com a terra baseados nos laços familiares. Essa observação é possível, uma vez que o acesso à terra para esses trabalhadores se deu, majoritariamente, em forma de herança. São os avós, bisavós, a prole anterior, que ao morrer deixaram para seus entes, grandes extensões de terras. Essas terras foram (re)divididas para a nova prole, e assim sucessivamente. Muitas terras foram vendidas. Dessa forma, em Porteirinha é possível perceber, em grande percentual, pequenas unidades familiares com produções agrícolas e/ou pecuárias em menor escala. A figura 3 ilustra o modelo de produção familiar no campo.

Figura 3: Horta de produção familiar na zona rural de Porteirinha



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

¹⁰ Essas falas foram obtidas por meio de conversas informais com frequentadores e/ou compradores assíduos nas feiras do Mercado Municipal de Porteirinha.

Por meio dessa análise compreende-se como se estruturam as famílias no campo em Porteirinha. Acima de tudo, fica evidente o caráter familiar da agricultura na região, bem como a formação das estruturas agrárias, se são pequenas ou grandes propriedades e como as relações sociais são importantes até no momento de contratação de mão-de-obra. Quando indagado sobre a existência ou não de comunidades de agricultura familiar em Porteirinha, um jovem entrevistado avalia a situação da seguinte forma:

O campo é agricultura familiar. Porque o trabalho no campo envolve toda a família no serviço dentro da propriedade. Qualquer tamanho de propriedade, a família que trabalha. Às vezes paga alguém para ajudar, mas é a família que dá a frente. No nosso município não é muito de grandes fazendeiros, é mais de pequenas propriedades. Se tem um fazendeiro, mas em torno dele ali, tem um monte de pequenas propriedades. E com isso, cada um procura buscar seu recurso dentro da família mesmo. [...] que planta seu pedacinho, que trabalha, é a família mesmo. Isso aí é muito forte no nosso município (Paulo, 34 anos, curso técnico).

As informações destacadas pela pesquisa na coleta de campo, por meio de entrevistas, corroboram as percepções desse jovem agricultor sobre como é formada a noção de agricultura familiar em Porteirinha. A formação estrutural das unidades agrícolas é baseada nas pequenas propriedades e em laços familiares e de parentescos. Nesse meio estão presentes práticas criativas e sustentáveis de produção agrícola e orientada tanto para o mercado quanto para a família e sua área de plantio, criação, etc.

4.2. O limiar da juventude

A juventude é a fase humana considerada em plena formação, seja social, econômica ou intelectual, sendo uma etapa sujeita a constantes variações nas opiniões e afirmações. Esse ciclo apresenta também conhecimentos diversos e experiências distintas sobre os contextos sociais, podendo ser uma etapa de ensinamentos e trocas de experiências. Nesse período podem ser instaurados conflitos entre as gerações, especialmente entre os ideais jovens e os ideais considerados adultos.

Em “O camponês e seu corpo”, escrito por Bourdieu (2006) é possível perceber que em algumas sociedades antigas na França, por exemplo, o casamento era

uma decisão que partia da família. Os pais consideravam os filhos imaturos e jovens até a data do casamento, quando, então, o indivíduo se tornava membro adulto e poderia participar dos assuntos e grupos específicos para pessoas maduras. Os bailes que aconteciam nas comunidades francesas evidenciavam o quanto era “afastado” o jovem pela sua idade. As atitudes dos adultos e as próprias absorções que a juventude adquiria dessas relações os colocavam em posição desprivilegiada nos meios sociais. Existia, por assim dizer, uma linha imaginária que dividia a vida adulta da fase juvenil. É perceptível que a exclusão social de membros que não atendiam a determinados requisitos era firmada e aceita pelas próprias pessoas do grupo. Contudo, essas relações sociais sofreram e ainda sofrem modificações com o advento da pós-modernidade. O jovem de hoje luta cotidianamente pelo seu espaço nos grupos sociais rurais ou urbanos, ou ainda, nos dois lugares. Essas lutas constantes refletem nas conquistas, muitas vezes lentas, mas evidentes, por espaços nas políticas públicas e nos direitos diversos de falar. Outra percepção dessa transição de ideais é notado no autorreconhecimento de ser considerado jovem independentemente de sua faixa etária, ou mais ainda, deixar de ser jovem independentemente das classificações que a sociedade impõe. A juventude atual pode ser compreendida a partir da autonomia, ou ainda, da busca constante pela autonomia em suas diversas posições, ocupações e reconhecimentos¹¹.

Para muitas pessoas consideradas adultas, a idade juvenil remete ao aprendizado, ao nível de absorção de experiências, seja a um nível inferior na hierarquia social da humanidade, típico de um ser dependente, que necessita ser ensinado e amadurecido. Para outros, a juventude remete à esperança, ousadia, determinação, convicção e oportunidades diversas. É a etapa em que a pessoa expõe seu aprendizado, bem como o aperfeiçoa, mostra sua percepção sobre a realidade e incentiva outros a buscarem o melhor para a sociedade. Contudo, nessas relações geracionais acabam quase sempre prevalecendo os conflitos entre as distintas faixas etárias, evidenciando um espaço em que ficam claras as relações de hierarquia entre esses meios.

¹¹ Sobre o conceito de pós-modernidade ver também Santos (2000), Smith (2001), Auslander (2004), Bordieu (2006) e Vattimo (2007), dentre outros.

Tornar-se adulto, para muitas pessoas, é a fase que surge a partir da formatura no ensino médio ou no ensino superior, ao começar o primeiro trabalho, ou então após os 24 anos de idade. O que se verá mais adiante é que tornar-se adulto vai muito além das convenções sociais formuladas e reformuladas cotidianamente. O adulto obedece muito mais às noções, conhecimentos, aprendizados, vivências e autorreconhecimentos que as pessoas evidenciam nas interações do dia-a-dia. Ser adulto não é necessariamente o fim da vivência, da nostalgia ou do aprendizado, é o usufruto de todos os conhecimentos adquiridos que se resolve não só absorver, mas sim compartilhar.

Deixa-se na família biológica para experimentar um novo grupo de convívio, das distintas formas possíveis. Ser adulto ou ser jovem é se reconhecer como integrante de meios coletivos. Nesses meios sociais vão existir diferenças e confrontos cotidianos e tais divergências são essenciais para a reafirmação do lugar desejado e ocupado por nós. Portanto, os conflitos entre as gerações podem ser vistos como negativos ou positivos, a depender dos objetivos almejados. Mas vale lembrar que a união entre as distintas fases da vida é de fundamental importância para reforçar os ideais coletivos nas lutas diárias por espaço na sociedade.

Dessa forma, além da busca constante pela visibilidade nos espaços urbanos, a juventude rural lida também com as lutas pelo reconhecimento de posição nas relações sociais e hierárquicas no campo. Portanto, as identidades sociais da juventude rural são fortemente marcadas pelas lutas por espaços nas esferas tanto rurais quanto urbanas. Mas o que de fato é forte na problemática da visibilidade da juventude nos distintos espaços são as relações entre as gerações. É nessa perspectiva que a juventude rural pode ser considerada como categoria de múltiplas dimensões, formada pela pluralidade, que se reinventa, se reconfigura e se reestabelece constantemente em defesa da posição de lugar nas sociedades contemporâneas (NOVAES, 1998; GROppo, 2000; PAULO, 2011). Portanto, pode-se entender que

há períodos em que a procura do "novo" pela qual os "recém-chegados" (que são também, quase sempre, os mais jovens biologicamente) empurram os "já-chegados" para o passado, para o ultrapassado, para a morte social ("ele está acabado") se intensifica e, ao mesmo tempo, as lutas entre as gerações atingem uma maior intensidade: são os momentos

em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, quando os jovens aspiram "cedo demais" à sucessão. Estes conflitos são evitados durante o tempo em que os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos, regular as carreiras e os cursos, controlar a rapidez da ascensão nas carreiras, frear aqueles que não sabem se frear, os ambiciosos que "queimam etapas", que se "lançam" (de fato, na maior parte das vezes, eles não precisam frear porque os "jovens" – que podem ter cinquenta anos– interiorizam os limites, as idades modais, isto é, a idade na qual se pode "razoavelmente pretender" a uma posição, e não têm nem mesmo idéia de reivindicá-la antes da hora, antes de "chegar sua hora"). Quando o "sentido dos limites" se perde, vê-se aparecer os conflitos a respeito dos limites de idade, dos limites entre as idades, que têm como objeto de disputa a transmissão do poder e dos privilégios entre as gerações (BOURDIEU, 2003, p. 162).

Os conflitos intergeracionais não podem ser vistos apenas sob o ponto de vista negativo. Quando as distintas gerações se reconhecem nas trocas de experiências comuns na luta pela terra, por exemplo, é possível superar as diferenças e alcançar os objetivos maiores: os direitos de ir e vir. Esse discurso parece utópico e político, mas é notado por diferentes pesquisadores e, principalmente, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que percebe a importância nas relações proximais entre jovens e adultos para o desenvolvimento do campo, da floresta e das águas (CARNEIRO, 2007; STROPASOLAS 2007; RIBEIRO, 2015; CONTAG, 2016). A união ou proximidade entre as gerações pode contribuir para a existência ou manutenção das redes sociais na busca de conquistas coletivas.

4.3. Relações entre o urbano e o rural para a juventude agricultora de Porteirinha

Ao abordar a questão da juventude rural o intuito não é estabelecer qual é o limite ou linha divisória entre rural e urbano na contemporaneidade, mas procurar, sobretudo, perceber como as relações entre campo e cidade são estabelecidas a partir das percepções juvenis, em Porteirinha. Percepções estas efetivadas pela era tecnológica em que vivemos. Seja pela internet, televisão, rádio, telefonia, ou mesmo interações sociais proporcionadas nos jogos de futebol ou encontros religiosos, são interações sociais que favorecem a aproximação entre áreas remotamente consideradas, divergentes e dissociáveis, e que hoje são de difícil diferenciação (MONTE-MÓR, 2006). Existe por assim dizer, uma não clareza na dicotomia entre os adjetivos rural e urbano, quando o sujeito central é o jovem.

Parte-se, então, das análises observadas no capítulo anterior, onde tanto a multifuncionalidade quanto a pluriatividade no campo representam essas transformações nas interações entre o urbano e o rural para a vida do jovem. Conviver com a família, jogar futebol na cidade, trabalhar na cidade durante o dia, ser pintor durante a semana e agricultor nos fins de semana, vender a produção da horta nas feiras livres, pertencer a algum movimento social campo-cidade, campo-campo, cidade-cidade, campo ou apenas cidade¹², trabalhar durante o dia em Porteirinha e participar de momentos casuais, como futebol, festas, etc., nesse meio são aproximações entre os dois espaços muito recorrentes na vida do jovem rural porteirinhense.

Atrelado a essas ações pode-se entender as diversas atividades, agrícolas ou não, que os jovens realizam no campo ou na cidade. Um exemplo é o movimento de agroecologia, em que pessoas se reúnem para discutir medidas e ações que estimulem a produção agrícola sem degradar o meio ambiente. Nesse contexto, são discutidos, indistintamente, questões como a produção e reprodução de sementes centradas em banir a modificação genética, a coexistência entre os seres humanos e a natureza, bem como formas diversificadas de sobrevivência no semiárido. Esses são exemplos de ações diversas que fazem a juventude estruturante e estruturadora das relações entre campo e cidade, além de evidenciar o papel multifuncional da agricultura, que vai além da produção e reprodução no campo. É também evidência da pluriatividade envolvendo ou sendo envolvida pelo trabalhador do campo, sobretudo, jovens.

Não se pode afirmar que a juventude rural de hoje possui semelhanças com a juventude do campo de dez anos atrás. Os envolvimento com a globalização e a tecnologia moderna têm transformado as sociedades. Contudo, ser membro ativo de uma sociedade que se transforma, moderniza e apresenta novos meios de compreender o espaço não é percepção suficiente para dizer que o trabalhador e/ou agricultor deixou de ser trabalhador e/ou agricultor, que o jovem rural é mais

¹² O entendimento das diferentes vinculações dos movimentos sociais que muitos jovens rurais participam será aprofundado adiante quando se falar das ações e conquistas da juventude rural. No momento é importante destacar que esses movimentos são compreendidos nesta dissertação, por campo-cidade, campo-campo, cidade-cidade, campo ou somente cidade, a depender do local de suas reuniões, abrangências e objetivos centrais. Foram observados também os objetivos e a composição de tais movimentos.

urbano do que propriamente do campo. Caso as características urbanas venham a se misturar com as rurais, ou vice versa, é um fator dependente do próprio indivíduo e não uma classificação que deve ser imposta. O direito de pertencimento, reconhecimento e ações que envolvem a identidade humana deve ser respeitado pela sociedade. Portanto,

[...] as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados (WANDERLEY, 2000, p. 89).

O jovem rural de Porteirinha, de modo específico, apresenta vínculos estreitos e essenciais com a cidade. Como parte integrante desse processo, as relações com o campo são baseadas no afeto, embora os fatores de atração urbana sejam recorrentes na vida cotidiana. O desejo de permanência no campo está presente nas falas de quase todos os entrevistados, bem como o desejo de retorno dos que migraram, caso haja possibilidade desse acontecimento. Os que migram sazonalmente apresentam o anseio da volta para casa, para o lugar tranquilo e familiar.

O que dificulta essa permanência é a persistência de diversos problemas, como seca, ausência de emprego, além da ausência ou precariedade de políticas públicas voltadas para essa categoria. Com isto, há poucas perspectivas futuras com relação à permanência no campo. De acordo com Wanderley (2007),

quem já teve a oportunidade recente de conviver com jovens rurais sabe quanto eles são, sob vários aspectos, semelhantes a muitos dos que vivem nas cidades. Eles se vestem modestamente, mas com roupas consideradas dentro do padrão da moda jovem. Gostam de conviver com o grupo de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem às novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham, pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo. Mesmo as carências sociais de que são vítimas são a tradução, no meio rural, das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Tudo isso nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e

considera-los como pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem (p. 31).

As observações propostas por Wanderley (2007) partem da juventude rural do interior do Pernambuco. Perceber que a juventude do campo faz parte da formação continuada da cidade é essencial no atual contexto que vivenciamos. As análises elencadas pela autora se ligam diretamente com as percepções originárias do trabalho de campo em Porteirinha, sobre o que é ser jovem rural porteirinhense: é ser parte integrante tanto da cidade quanto do campo, sem lesar em algum momento qualquer das partes. Essa percepção vai além do direito de ser jovem, pois é, sobretudo, ter o direito de se vestir, opinar, frequentar e ser o que se deseja, sem retaliações ou discriminações diversas.

As relações dos jovens rurais com a cidade Porteirinha são tão próximas visivelmente e emocionalmente, que foi agregado um questionamento a mais na entrevista. Quando perguntados como avaliavam a cidade de Porteirinha, todos deixaram transparecer em seus rostos a satisfação em frequentar aquele lugar, mesmo com as inúmeras sugestões de mudanças que achavam ser necessárias. Essa questão também evidenciou, além dos pontos positivos da cidade, as visões negativas que faziam com que muitos jovens saíssem do campo ou da área rural de Porteirinha e migrasse para outras cidades e/ou outros estados.

De acordo com a totalidade dos entrevistados, a falta de emprego local e a ausência de políticas públicas voltadas para os jovens, sejam eles rurais ou não, são as grandes motivações do desejo de migrar. Como ponto negativo, também foi levantado o alto índice de violência que assola a cidade e a área rural. Segundo os jovens entrevistados, a criminalidade e o aumento no uso de drogas estão associados à migração de retorno, de Belo Horizonte para a região. Dessa forma, fica evidente que a migração em Porteirinha está centrada, majoritariamente, nos fatores de expulsão e não nos fatores de atração de outras regiões. O jovem raramente encontra motivações para a permanência na região, sobretudo quando são levadas em consideração as perspectivas de futuro.

Porteirinha é uma cidade maravilhosa para mim, que enfrenta agora sérios problemas de violência e drogas. Não é um ambiente propício para a gente nesse momento. Antigamente a gente falava que a zona rural era um lugar tranquilo, você não ouvia falar de jovens usando drogas na zona rural, não tinha nenhum tipo de crime na zona rural. Eu acho que essa proximidade com o urbano,

que tem o seu lado positivo, acabou que estragou um pouco a zona rural. Hoje morar na zona rural é perigoso. É totalmente diferente do que eu cresci vendo, tipo, a cidade é perigosa. Hoje em dia a zona rural também é perigosa. Eu conheço pessoas que saíram e que querem sair da zona rural porque é perigoso. Por causa de assalto e aí é consequência de várias coisas. Mas eu não consigo identificar o que, que é que causa isso exatamente, porque eu poderia dizer assim: que é falta de oportunidade, que são jovens carentes nesse mundo da criminalidade. Os casos que eu conheci de usuários de drogas da região são pessoas que já saíram e voltaram para Porteirinha. Então é um ato que não é da comunidade, é de outro lugar. (Kelly, 26 anos, ensino médio).

O lazer foi também apresentado como incompleto, ausente ou desqualificado na cidade, restando apenas o futebol como linha de ligação fundamental entre campo e cidade, por meio dos torneios ou partidas casuais nos fins de semana. Quando indagada sobre opções de lazer às quais fazia parte, seja no campo ou na cidade, Kelly associou apenas às dinâmicas religiosas e esportivas, o que representa precariedade nas atividades de lazer em Porteirinha. Kelly também apontou a baixa escolarização como uma das causas da evasão de jovens da área rural de Porteirinha. Essa é igualmente a percepção de Carla, outra entrevistada, que se manifestou da seguinte forma:

Eu participo do grupo de jovens, participo de um time de futebol, e na cidade eu participo de um time de vôlei. O grupo de jovens é religioso, a gente reza o terço todo domingo. Antigamente, quando tinha mais jovens a gente fazia a celebração do culto. Só que aí as pessoas foram embora, ficou sem sentido. Os mais velhos também participam, inclusive idosos, e a maioria não sabe ler. Como iam 10 pessoas e 8 não sabiam ler, não fazia sentido ter uma celebração, sendo que no mínimo exigia dois leitores. Era um grupo de jovens que tinha uma camiseta e eram atuantes. Hoje em dia quem frequenta são três jovens. Não existem tantos jovens na comunidade, a gente teria que trazer pessoas de outras comunidades que já tem seus próprios grupos de jovens e até maiores. Não tem como crescer se não tem pessoas, os jovens foram embora (Carla, 25 anos, curso superior).

Uma observação importante quando se fala em proximidades entre o rural e o urbano em Porteirinha é que, segundo todos os entrevistados, a cidade fica vazia nos domingos, “todo mundo vai para a roça”. Para esses jovens, a falta de entretenimento na cidade nos domingos, especificamente, motiva muitas pessoas a “fugirem” para campo. Como acontece com a população urbana de outros municípios brasileiros, muitas pessoas da cidade compram pequenas chácaras ou vão para casas de amigos, familiares ou conhecidos que vivem na área rural. O campo nesse período é visto como lugar de descanso, tranquilidade, absorção de

energias e lazer para a família. A interação entre a cidade e a área rural é visível e de forte vínculo, centrada no parentesco, reciprocidade e amizades diversas. Dessa forma, ao ser questionada sobre o significado do rural e urbano, se é um caminho atualmente mais estreito ou não para as pessoas, Carla entende que:

É extremamente estreito. Eu vinha para Porteirinha de charrete na época e era uma vez por ano. Geralmente na época de comprar material para a escola. A gente estava até falando sobre isso lá em casa, o tanto que era legal vir para Porteirinha. Era porque você vinha e tinha todo um ritual, que era tomar sorvete, coisa que não tinha na zona rural. Aí ia tomar sorvete, comprar material e comprar roupa. Eu não dormia de noite quando eu ia vir para Porteirinha. Ficava ansiosa para ir para aquele mundo que eu não conhecia. Hoje em dia, todo mundo vem para Porteirinha o tempo todo. Pai e mãe que sempre foram enfiados na roça percebem essa diferença do tanto que aproximou a cidade do campo. E isso é consequência dos meios de transporte que todo mundo teve acesso – moto, carro, ônibus, rede social e celular. A minha irmã esses dias cismou que queria fazer um bolo. Veio aqui em Porteirinha e comprou um trigo. Antigamente se quisesse fazer um bolo, quando vinha em Porteirinha uma vez por mês tinha que comprar e estocar. Quem mora no Cerrado, que é um pouco mais longe vem para Porteirinha sempre, com frequência (Carla, 25 anos, curso superior).

É importante destacar que durante a entrevista foi possível perceber em seu rosto e nas respirações profundas, encantamento pela vivência antiga na área rural com a família. Era lembrado como algo que apesar de cansativo e difícil, era muito saudável e desejoso. Hoje Carla mora em Porteirinha, mas todo fim de semana vai para o campo ajudar a família na lida com a roça.

É possível perceber que as interações entre a cidade e o campo são reais, mas que tais aproximações muitas vezes são vistas como negativas para a família rural, que agora convive com a criminalidade e drogas no campo. Contudo, é importante ressaltar que as constantes mudanças nas dinâmicas das vivências sociais rurais e urbanas se tornaram também positivas em muitos aspectos, com o advento da globalização e pós-modernidade. A aproximação entre o rural e o urbano contribui para reafirmar que ambas as vivências são detentoras de saber e direitos legais de coexistir em ambos os espaços, respeitando os direitos e cumprindo com as obrigações atribuídas a cada indivíduo.

Por numerosos que possam ser os pontos negativos que atingem Porteirinha atualmente, a cidade, seja no meio urbano ou rural, é considerada pelos jovens

como lugar de paz, amizade, tranquilidade e vivência próspera. Quem migrou deseja, e muitas vezes consegue voltar. Da mesma forma, quem pensa em migrar sofre internamente por ter que deixar amigos, vizinhos, festas, feiras, futebol, cachoeiras e paz local. As dúvidas e anseios sobre o novo atingem drasticamente aqueles que não encontram seu espaço no lugar onde nasceu.

Durante as entrevistas, alguns ressaltaram primeiramente os diversos pontos positivos da região, depois disseram com pesar que a cidade e/ou o campo não ofertavam empregos adequados. Muitos até disseram que sonhavam em entrar em algum curso superior gratuito nas áreas agrícolas, a fim de retornar para Porteirinha e, já capacitado, ajudar as famílias na lida com a terra e a sobrevivência e permanência no campo.

Outros entrevistados afirmaram que fazem de tudo para não sair da região, que não pensam em sair do campo, embora esteja cada dia aumentando a dificuldade em permanecer e reproduzir a família e a terra. Alguns foram para Porteirinha, fizeram cursos técnicos, mas voltaram para a família na zona rural, sob a alegação de que a dinâmica de sobrevivência está difícil, mas não se veem saindo desse lugar e indo para a cidade grande ou outras áreas rurais. O campo para esses jovens é lugar de esperança, de continuidade e, ainda que quase distante, de prosperidade.

Com todas as dificuldades encontradas para sobreviver, é possível perceber que alguns jovens resistem aos fatores de expulsão da região e procuram se adaptar em seu espaço em buscas constantes pela estabilidade própria, da família e da região. Beatriz, outra jovem entrevistada, expressou-se da seguinte forma, quando indagada sobre a permanência no campo:

Meu lugar, meu pedaço de chão que evolui a cada dia, mas que deveria acreditar ainda mais na força jovem e criar estratégia para incentivar os jovens a permanecer no campo. Uma vez que a maioria da população do município vive na zona rural, deveriam olhar para nós com um olhar diferente e enfrentar a situação, procurando soluções. Uma delas é levando as políticas públicas para o campo, não centrando apenas na cidade. Muitos jovens ainda possuem dificuldades de locomoção, então não são beneficiados com algumas políticas que são implantadas na cidade, como cursos técnicos que tem em Porteirinha. Existem muitos cursos, mas não existem ofertas de emprego. Resumindo, somos capacitados para ir para outros lugares. A vida no campo exige muita persistência principalmente para nós que somos

jovens, que acreditamos em mudanças e em um lugar melhor. É só mesmo por acreditar nesse algo melhor é que ainda insistimos em viver aqui e não desistir do que a gente realmente quer. Sou uma jovem pouco vivida. Quero conhecer muitas coisas e viver muitas coisas, conhecer lugares, pessoas. Gosto do novo e tenho sede por mudança, busco isso em mim, mas de uma coisa tenho certeza: é no campo que quero viver e aqui que quero ficar. Apesar de tudo e das dificuldades, é aqui que é o meu lugar, minhas raízes estão aqui e, se um dia eu chegar a mudar, eu sinto muito ao te falar: não foi por falta de tentar (Beatriz, 22 anos, ensino médio).

A migração é, por assim dizer, acontecimento cada vez mais frequente em Porteirinha, seja sazonal, realizada em períodos curtos do ano, na época de colheitas ou não, ou definitivamente, para São Paulo ou Belo Horizonte, por exemplo, para atuarem majoritariamente na construção civil¹³. Em grande parte das vezes a migração ocorre por já existir alguém conhecido morando no lugar de destino, ou por estabelecer conexão via redes sociais com moradores da outra parte, ou ainda, por indicação de conhecidos que foram e aprovaram a experiência. Contudo, a recomendação por parte de quem migrou não é argumento ou motivo suficiente para migrar. Como se verá adiante, as redes sociais existem e são fundamentais nas migrações juvenis, mas não representam, por si só, a estabilidade, o emprego ou a boa moradia no espaço almejado.

As redes sociais propiciadas pela era tecnológica possibilitam, também, maior interação e trocas de conhecimentos entre as pessoas. Portanto, um agricultor em Porteirinha pode trocar experiências com agricultores do norte do país ou de outras regiões, sobre manejo e ou insumos adequados para determinados tipos de produção no semiárido. É possível, por meio das interações sociais, conhecer outros jovens rurais espalhados pelos lugares mais remotos que se possa imaginar e trocar experiências sobre suas constantes lutas e conquistas diárias de sobrevivência no campo.

¹³ Rigotti (1994) esclarece que a migração está centrada nas mudanças permanentes de residência. Portanto, os movimentos sazonais, temporários e os de populações nômades não são considerados como migração. No entanto, nesta dissertação os movimentos sazonais e temporários são referidos como processos de migração, uma vez que tal entendimento está presente nas falas dos jovens entrevistados durante a pesquisa.

4.4. Relações sociais da migração com a juventude rural: redes sociais em ação e fatores de migração

As interações sociais contribuem, inegavelmente, para os processos migratórios da zona rural para a zona urbana, ou vice versa, fenômeno que faz parte das sociedades humanas desde tempos remotos. A partir da perspectiva de que a migração pode ser resultante da ação de fatores de atração ou expulsão do campo, observa-se que muitos estudos apresentam a migração como parte fundamental da sobrevivência no campo, sendo fator integrante da produção e reprodução das famílias rurais, que decidem, conjuntamente ou não, qual membro do grupo será responsável por esse processo. Sob esse ponto de vista, o campo pode ser compreendido como fornecedor de migrantes ou como área de expulsão de população, especialmente do segmento jovem em idade de trabalhar. A decisão de migrar pode partir da coletividade do núcleo familiar ou de decisões individuais para esse processo.

No entanto, Woormann (1987) ressalta que

com a emergência de projetos de vida individuais, a migração muda de significado. De uma migração estruturante (a dos não-herdeiros), passa-se para uma migração desestruturante, ditada, não mais pelos interesses da Casa-Tronco, mas pelos interesses do indivíduo. Desnaturaliza-se um *habitus* que a história, em outro momento, naturalizou. Se, na situação tradicional, o não-herdeiro era a vítima estrutural do sacrifício reprodutivo do todo, vítima essa socialmente designada e, por isso, resignada, como diz Bourdieu (1962), hoje é o herdeiro que começa a se perceber como vítima. O herdeiro era herdado pela terra. A crise se instala, sobretudo, quando ele se recusa a continuar pertencendo à terra, isto é, quando começa a se perceber como indivíduo. Os guardiões da ordem começam a não mais poder impor a submissão 'espontânea', à medida em que novas avenidas se abrem e a migração, que era um cálculo coletivo, se torna um cálculo individual desorganizador da coletividade (p. 55).

Quando as decisões de migração partem do próprio indivíduo, e não das formulações familiares, em conjunto, percebe-se alteração no padrão de sucessão familiar e, conseqüentemente, na dinâmica de produção e reprodução da família rural. Contudo, esta tomada de decisão individual não inviabiliza a permanência do núcleo familiar no campo, já que a migração pode ser vista como possibilidade de obtenção de renda extra nos outros meios sociais. Dessa forma,

camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de 'celeiros de mão-de-obra'. A migração de camponeses não é apenas consequência da

inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (WOORTMANN, 1990, p. 35).

Para muitos autores essa dinâmica envolvendo o rural e a juventude¹⁴ constitui parte integrante do processo de transição demográfica, marcado por forte tendência de envelhecimento populacional. Essa perspectiva é assim descrita por Abramovay (1998):

O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores. Ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este “viés de gênero” no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores. Diferentemente do que ocorria até o final dos anos 60, o horizonte que consistia em reproduzir quase automaticamente – em um quadro social marcado pela força dos laços comunitários – os papéis tradicionais de mãe e esposa é cada vez mais longínquo. Por um lado, são mais escassas as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção. Por outro, são maiores as alternativas de que dispõem as jovens àquele que foi o destino secular de suas antepassadas (p. 15-16).

Contudo, há que se considerar uma visão processual desse fenômeno. Na atual conjuntura, ou seja, no limiar da segunda metade dos anos 2010, em Porteirinha, por exemplo, segundo as entrevistas com residentes jovens da área rural, percebe-se que a emigração rural é majoritariamente masculina. Eles vão para outras cidades, sobretudo São Paulo e Belo Horizonte, em busca de emprego na construção civil. Já as mulheres tendem a permanecer no campo ou a migrarem para regiões mais próximas, a fim de concluir os estudos e retornar para Porteirinha¹⁵ com qualificação mais adequada e possibilidade ampla de conseguirem emprego, seja em escolas, lojas, cartórios ou prefeitura. Weisheimer (2009) ressalta que as mulheres tendem a se inserir mais rapidamente nas atividades urbanas, ao passo que os homens optam pela lida na terra da família, uma vez que sem qualificação adequada é impossível conseguir emprego nas cidades.

¹⁴ Sobre as relações entre migração e juventude rural pode-se consultar, além de Abramovay (1998), Castro (2005), Brumer (2007), Weisheimer (2009), Mendonça et al. (2013), dentre outros.

¹⁵ Note, porém, que se trata de um retorno para a área urbana do município e não para a área rural originária do processo migratório.

Esse processo de saída do campo para a cidade é desafiador para a reprodução da família no campo, mas estudos como o de Mendonça et al. (2013) revelam que, com o aumento da expectativa de vida, recursos financeiros propiciados pelos programas públicos, como aposentadoria rural, benefício de prestação continuada (BPC) e bolsa família, contribuem para equilibrar a ausência da mão-de-obra jovem nos campos. A emigração pode ser compreendida, a partir dessa percepção, como necessária e parte integrante do sustento familiar.

O envelhecimento relativo da população rural é acentuado pela queda no número de jovens no campo, pela migração de retorno ao campo de aposentados urbanos e pelo aumento da expectativa de vida. Cresceu a expectativa de vida produtiva dos pais, ampliando o período de trabalho conjunto com os (as) filhos (as) e levando os jovens rurais a se ocuparem no urbano (MENDONÇA et al., 2013, p.449).

Independentemente das formas de migração, bem como das relações com o núcleo familiar, é evidente a saída dos jovens do campo. Tendo em vista essa perspectiva, os estudos sobre a migração jovem devem ser pautados nas motivações presentes no ato migratório. Ao entender as motivações que levam o jovem a se mudar, é possível compreender como o espaço de sua vivência se constitui, revelando-se deficiências com a terra, problemas de convivência familiar, falta de oportunidades, educação, etc. Torna-se necessário compreender quais fatores estão vinculados aos processos migratórios, os de expulsão ou atração presentes no campo e/ou cidade. Dessa forma,

Análises desse tipo elucidam mais a respeito das migrações do que as centradas no debate sobre o peso dos valores do mundo urbano na vida dos jovens, ou a respeito de um possível desencantamento com a cidade, ou sobre o desejo de ficar ou não no campo. Os processos de desterritorialização dos jovens rurais não advêm necessariamente da lógica urbana, mas, como mostram algumas pesquisas da coletânea *Juventude Rural em Perspectiva* (Carneiro; Castro, 2007) e outras, da própria incapacidade de sua reprodução no rural (RIBEIRO, 2015, p. 249).

Como percebido pela autora, ao analisar a juventude rural da região Sudeste do Pará, e corroborando as entrevistas realizadas em Porteirinha, a migração é resultante da impossibilidade ou de dificuldade no processo de reprodução da terra e garantia do sustento da família. Esse processo de reprodução engloba formação educacional, empregos, técnicas agrícolas e diversas outras conjunturas. Esses elementos evidenciam que a migração em Porteirinha se dá consideravelmente via fator de expulsão do rural.

Já que a migração em Porteirinha é via expulsão do campo, como ocorrem esses acontecimentos? Para onde e porque esses jovens estão indo? Quais são as percepções sobre o processo migratório percebido pelos jovens do campo que ficam? Como as relações sociais estão estabelecidas nesse processo? Quais são os reais fatores de migração em Porteirinha, segundo a juventude rural entrevistada? “Como a migração como processo de busca por trabalho e estudo se relaciona à continuidade e à permanência dos grupos familiares camponeses?” (CASTRO, 2015, p.279).

Os fatores de expulsão da juventude do campo são diversos. Ao vivenciarem experiências frustrantes na lida no campo, decidem arriscar a vida em novas estratégias de sobrevivência, ou aguardam o momento oportuno para a realização.

A maior dificuldade que eu vejo hoje é porque o agricultor, ele vive muito é da roça e do gado. Hoje em dia está muito difícil devido à falta de água, não tem pasto, não tem nada. Faltou água, faltou tudo. Eu vejo uma dificuldade muito grande. O meu pai mesmo, ele fez uma roça enorme, gastou muito dinheiro para fazer a roça e aí, a água de casa, a gente tem água encanada do cerrado só que assim, não é uma água que dá para você fazer uma irrigação. Então, eu vi a roça dele morrendo, ele fez uma roça de milho e ela morreu toda. O sol é muito quente e não tem água. Eu já falei para ele: pai não planta mais, mas ele tem aquela tradição de 'eu vou plantar'. Por mais que não deu, o agricultor fala: eu vou plantar. Meu pai é um pouco sistemático, não escuta ninguém. Se eu tivesse oportunidade de ter um emprego melhor, eu sairia da roça, sem problemas. Eu iria para qualquer lugar onde eu tenha alguém conhecido. O maior problema que a gente tem aqui é a falta de emprego. Mas se eu fosse sair daqui, eu iria para algum lugar com uma coisa concreta, pois tem muitos jovens aqui que vão para São Paulo, por exemplo, chega lá e não tem dinheiro para morar em um lugar decente, aí vão para as favelas, acabam se envolvendo com drogas, aí já vem com um monte de filhos, ou acaba que não tem nem como voltar para cá mais (Cássia, 25 anos, ensino médio).

As colocações de Cássia evidenciam e corroboram a percepção de que a migração em Porteirinha está associada, quase exclusivamente, à problemática ambiental, relacionada à forte seca e falta d'água que atingem a região, assim como à escassez de emprego, considerado por todos os entrevistados como maior empecilho de permanência no campo. A fala da jovem evidenciou outra discussão bem relevante para a temática jovem rural contemporânea, a migração associada às redes sociais. Muitas vezes a decisão de migrar está associada à certeza de que existirá alguém conhecido, ou um ambiente previamente demarcado, como

ponto de apoio nesse processo. Assim, o destino costuma ser o mesmo que o de amigos, pais, parentes ou conhecidos.

Dessa forma, as redes sociais migratórias são estabelecidas previamente, a fim de assegurar que o processo migratório ocorra da melhor forma possível. Contudo, as redes sociais em si não são demarcação exata do sucesso do migrante, mas parâmetros para suas ações que serão desenvolvidas. Dessa forma, o migrante quase sempre se baseia nas relações sociais previamente construídas, para que seu sucesso no ato migratório seja alcançado (SOARES, 2002; FAZITO, 2005; BRAGA, 2011).

Mendonça et al. (2013), ao analisarem o fenômeno da migração no Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais, também visualizaram a existência das relações sociais quando instaurado o processo de formação, sucessão e migração, para duas gerações de agricultores.

A emigração é frequente para os agricultores familiares de Turmalina e Veredinha desde a juventude, quando emigram definitiva ou sazonalmente para formar patrimônio necessário ao casamento, ou, depois de casados, para garantir o sustento da família que se forma. A emigração definitiva revela que parte desses agricultores não pode permanecer na terra, migrando para reconstruir unidades produtivas em outros locais, sendo que, até conseguirem se restabelecer, a família extensa oferece a segurança das redes de solidariedade e apoio para aqueles que emigraram. Ao mesmo tempo essas pessoas dilatam laços pelo espaço e se reagrupam pelo parentesco, formando redes sociais que dão suporte aos fluxos migratórios (MENDONÇA et al., 2013, p. 451).

A emigração, então, não está relacionada ao fim das relações sociais e/ou entre parentes. O ato de migrar não põe fim às vivências e estruturas construídas no campo. É comum em Porteirinha o retorno de indivíduos que saíram para Belo Horizonte, e que retornam para visitar seus familiares e amigos durante os festejos de fim de ano ou aniversário do município, quando a cidade transforma sua dinâmica diária.

A diferença observada em toda essa discussão sobre migrações e redes sociais, relacionadas às juventudes do campo, parece estar nas maiores oportunidades que os jovens possuem, em comparação com as oportunidades que seus pais tiveram. Quando analisados apenas os fatores que envolvem a era tecnológica percebe-se, por exemplo, que a formação educacional básica e superior e cursos técnicos já se

encontram disponíveis no município, assim como as próprias redes sociais humanas que possibilitam as trocas de experiências diversas entre diferentes sociedades.

4.5. Relações entre a juventude do campo e as políticas públicas: ações e conquistas

As associações entre as diversas pessoas que se identificavam com o campo, bem como com os caminhos que vinham sendo tomados, tiveram como resultados positivos, a criação de sindicatos, organizações, pastorais, lideranças e grupos – preocupados com a polissemia de identidades relacionadas à classe social¹⁶, como: territorialidades, gêneros, etnias, gerações, etc. As discussões pelas lutas por espaço, envolvendo, propriamente a juventude do campo só ganhou corpo a partir de 1990 no ambiente sindical, com a troca do termo dependente para jovem (GALINDO, 2015).

Nesse contexto, a organização dos jovens em movimentos sociais de luta pela terra vem se configurando como uma oportunidade real para esses jovens no tocante ao ingresso como beneficiários das políticas sociais. Ademais, o ingresso dos jovens num movimento social, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acarreta necessariamente um vínculo aos processos de formação pelos quais eles passam a afirmar identidades, construir símbolos, refletir sobre suas origens, lutar pela terra localmente e construir redes de apoio objetivando transformações políticas e sociais numa escala global (RIBEIRO, 2015, p. 251).

Ao contextualizar os movimentos sociais no Brasil e compreender as particularidades das formações, estruturas e ideais dos grupos sociais constituídos por diferentes atores nas lutas pela terra, Medeiros (2002) parte da verificação da importância das parcerias firmadas a favor dos movimentos dos trabalhadores (as), agricultor (as), em busca da reforma agrária. Mesmo em período de ditadura, conforme apontam seus estudos, a Igreja Católica se mostrou favorável aos movimentos e importante articuladora nos processos de diálogos com autoridades públicas por meio de seus pronunciamentos cotidianos e religiosos. Segundo Medeiros,

¹⁶ São exemplos: O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Pastoral da Juventude Rural (PJR) entre outros. Para compreender a criação de movimentos sociais, bem como seus objetivos, consultar Medeiros (1989; 2002) e Martins (1990).

a Igreja passou a denunciar as condições de vida da população que ali vivia, apoiar o acesso à terra e recomendar políticas voltadas para a formação de uma classe média rural. Defendia assim, o direito instituído de propriedade, mas reconhecia a necessidade de uma reforma agrária que fosse feita através de desapropriações com justa indenização (MEDEIROS, 2002, p. 19-20).

Contudo, tanto as ações da Igreja quanto os demais núcleos voltados para as lutas pelo acesso a terra foram barrados ou tiveram dificuldades nas suas buscas, pelo cenário político e social, controlado por uma minoria, que influenciava na dinâmica de produção do país. Conforme apontam as análises empreendidas por Medeiros (2002), almejava-se o desenvolvimento e a produção em larga escala das áreas rurais com alto potencial para investimentos, ou seja, propunha-se a revolução verde como uma solução para suprir as necessidades produtivas alimentares das populações e aderir os camponeses a esse sistema como consumidores. Esse processo se revelava uma preocupação imediata, sem planejamento e ausência de preocupações com a saúde pública, uma vez inserida também as manipulações químicas, os insumos químicos e outros produtos nocivos à saúde humana na produção alimentar.

É nesse contexto que se torna importante trabalhar os diferentes grupos que se formaram no combate a essas ações do governo e propiciar o acesso igualitário às terras disponíveis. Dessa forma, Medeiros enumera cinco organizações que lutam, se articulam e representam populações excluídas – a Contag e o sindicalismo rural, o MST, a Comissão Pastoral da Terra, as organizações não governamentais, e entidades pastorais. São exemplos de lideranças e representações que incluem em suas pautas as problemáticas envolvendo a juventude, sejam rurais ou urbanas. Tais representações evidenciam a importância das redes sociais construídas para a luta comum. Essas redes foram e ainda são de fundamental importância para os movimentos sociais, uma vez que promove interações.

Os movimentos sociais no campo, em Porteirinha, se preocupam, sobretudo, com as políticas e programas públicos que são direcionados para a visibilização das sociedades, muitas vezes excluídas. As lutas estão centradas em como tais políticas e programas são pensados e aplicados para cada lugar, bem como se são, de fato, efetivadas. Essa espécie de cobrança tem levado os movimentos a alcançarem muitos dos objetivos propostos, mas frequentemente são atingidos

pelas disputas políticas, desavenças e jogos de interesses por parte do poder público.

As políticas públicas são conjuntos de programas, decisões e ações tomadas pelo poder público, representado pelos governos municipais, estaduais e nacionais, que visam atender às demandas das populações no que tange à garantia dos direitos fundamentais presentes na constituição. Esses direitos estão relacionados com segmentos sociais, culturais, econômicos e étnicos. De modo geral, esses programas devem atingir as necessidades básicas das populações nos setores diversos, como esporte, cultura, educação, saúde, lazer, meio ambiente, assistência social, etc.

Quando se trata do rural, em Porteirinha, as políticas públicas são de difícil acesso ou não atingem os resultados esperados. Ao longo das entrevistas realizadas foi possível perceber que muitos jovens desconheciam quais programas públicos existiam no município e que tinham a população jovem rural como foco. Outros responderam que só conheciam o Projovem, Pronaf e o Pronaf Jovem¹⁷, mas que era quase impossível de acessar, devido à burocracia exigida pelos programas.

Outros entrevistados elencaram que as ações de assistência para o campo são efetuadas apenas com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que representa para a agricultura de Porteirinha o principal meio de integração entre as comunidades e importante mediador, sobretudo, para os processos de aposentadoria rural e força motriz da juventude rural na região, por acreditar no jovem do campo como ator político e social. O que fica evidente é que as políticas públicas existentes em Porteirinha precisam ser revistas, uma vez que não atingem a população de forma esperada.

Tem muito apoio, a Comissão de Jovem foi criada no Sindicato, temos espaços. Está um pouco defasado, não tem jeito, mas temos o apoio do sindicato ao Projovem, que foi feito pelo Sindicato. Temos o grupo de agroecologia, apoiado pelo Sindicato. O Sindicato dá todo apoio à juventude rural, com infraestrutura e muitas outras coisas. Às vezes faz até falta, porque é muito difícil o recurso chegar até o jovem. Tem muitas políticas públicas, mas

¹⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Não é um programa específico para a juventude rural. A ramificação desse programa, o Pronaf Jovem, atende jovens de 16 a 29 anos de idade, por meio do crédito rural.

às vezes ficam barradas no meio do caminho. Com muita dificuldade, muitos jovens desistem de acessar. De políticas públicas que eu conheço e já procurei, mas é muito complicado, é o Projovem e o Pronaf jovem. Mas é burocrático, a pessoa tem que ter X horas de cursos, etc. É muito complicado e aí acaba desmotivando o jovem. Tem, mas não chega diretamente ao jovem, fica meio que amarrado. Fala muito, os jovens saindo do campo, sucessão rural... Mas não chega com um projeto, nem com recurso, para investir nos jovens aqui para continuar no campo, ou fazer uma experiência. Falta alguma coisa para motivar os jovens, já que está difícil permanecer no campo (Carlos, 34 anos, curso técnico).

Eu acredito que ainda não. Não assim especificamente. Existe o Pronaf jovem, que eu já ouvi falar muito pouco que algum jovem já teve acesso, mas é muito difícil. Especificamente, que funcione de fato, eu acredito que ainda não tem no nosso município. Se tiver, está muito apagado, sem função (Marcos, 20 anos, ensino fundamental).

A assistência técnica na agricultura familiar até recentemente era feita, majoritariamente, via coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e por ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que visa atender comunidades agrícolas de reforma agrária. Contudo, o que se observa em Porteirinha é que no quesito auxílio à agropecuária, sementes e técnicas diversas de plantio, criação de animais e manutenção da terra, as famílias rurais dependem, quase exclusivamente, das ações do STR do município, que media o processo de aquisição de conhecimento e ajudas diversas às famílias. Para o desenvolvimento dessa ação o STR, por meio de diversas parcerias com o SEBRAE, SENAR, SENAC, EMATER, Prefeituras, etc. atende Porteirinha e regiões próximas.

Em um cenário mais amplo, a juventude rural passa a se identificar e se autorreconhecer como ator político dentro das organizações sociais a partir dos anos 2000. Essa percepção tem levado à mobilização das camadas mais díspares das sociedades rurais. Agricultoras e agricultores familiares, trabalhador e trabalhadoras rurais, bem como diversos outros grupos que reconhecem e apoiam as lutas sociais no campo têm valorizado a presença da juventude rural nas organizações e entidades diversas, que lutam por uma vivência melhor e mais duradoura no campo. A presença das juventudes rurais nos espaços políticos se mostra, pois, ampliada, de maior participação e engajamento (CASTRO, 2005, 2011).

Contudo, deixando o cenário mais amplo sobre o engajamento juvenil nas tomadas de decisões políticas e sociais e analisando a participação da juventude rural porteirinhense nas atividades locais, percebe-se que são relações enfraquecidas. São poucos jovens, por assim dizer, que se entregam à luta por visibilidade no município. Essa participação se dá em associação às atividades do STR, como o movimento agroecológico e o grupo de jovens, que se reúnem nas áreas comuns do STR, ou em movimentos regionais, que partem das ações da Cáritas Minas Gerais Província Norte e Território da Cidadania Noroeste de Minas.

Porém, apenas um número bem reduzido dos jovens rurais participam desses movimentos sociais. Geralmente os que participam estão engajados em diversos outros movimentos. Por meio das entrevistas percebe-se que o engajamento dos jovens nesse processo é precário, não atingindo as camadas juvenis do campo mais distantes da relação com a cidade, ou com tais movimentos sociais. Por isso, quando alguns poucos foram indagados se participavam de algum movimento social, responderam que não e que não os conheciam.

Os jovens rurais da região analisada parecem precisar de mais autonomia, estímulo, força de vontade, engajamento, participação e, principalmente, voz. As conquistas relacionadas aos programas públicos só poderão ser alcançadas em conjunto e integração juvenil. As redes sociais humanas são excelentes meios para a promoção de interações mais profundas entre as juventudes e caminho para as trocas diversas de experiências.

4.6. Ser jovem do campo em Porteirinha: desafios e possibilidades

A vivência do jovem no campo requer integração, interação e, também, pluriatividade. O exercício da pluriatividade faz do trabalhador do campo, agricultor, mais preparado para enfrentar as dificuldades que a vida na roça apresenta. Mesmo com todas as mazelas dessa vivência, o campo é visto como potencial para muitas pessoas, que consideram que a dinâmica cotidiana da vida no campo possibilita a construção do próprio tempo e do próprio espaço. Essa autonomia é reconhecida como ausente na cidade, onde a dinâmica de produção e reprodução é acelerada e cada vez mais exigente. Entre esses desafios diários, a pós-modernidade impôs à sociedade urbana um cotidiano quase sem pausas, tornando

quase impossível rever os passos e escolher caminhos. É um constante ir e vir sem muitos cálculos.

O campo tem dificuldades, não é fácil. Mas o campo hoje dá para sobreviver, se você gosta; você tem que aprender a trabalhar com aquilo ali. Às vezes é ganhar pouco e trabalhar mais. Hoje eu avalio o campo com mais portas abertas do que na cidade. A cidade está inchada de tanta gente desempregada, às vezes por falta de oportunidade ou trabalha e não ganha quase nada, aí fica complicado. Se você pensar mais um pouquinho e ficar no campo, às vezes você consegue retirar mais. Por isso eu vejo o campo como lugar de grandes oportunidades. Já pensei em migrar, mas com o decorrer do tempo, fui vendo como é a cidade, as dificuldades que estão aí, desemprego, moradia, etc. Com essa avaliação, hoje não penso em sair da roça. Quero investir lá para estruturar melhor o local e ficar lá. Eu pensava em ir para uma cidade grande, uma firma, mas hoje em dia, com tanta gente mandada embora, exigência de estudo, etc., desisti. Como já estou no campo e gosto do campo, eu optei em ficar no campo, tenho meu tempo e meu espaço. Para o campo se você tiver um pouco de conhecimento e correr atrás, você consegue sobreviver melhor que na cidade (Carlos, 34 anos, curso técnico).

A zona rural para mim é o lugar de se viver. É um lugar que eu sinto prazer de estar. Mesmo que, em questão de segurança, por exemplo, já se fala muito que na zona rural é mais perigoso do que a zona urbana. No sentido que as casas são mais isoladas umas das outras. Mas é o lugar que eu gosto. Lá é lugar que me satisfaz e que me faz feliz. Muitas pessoas hoje começam a enxergar um pouco do que eu sempre percebi do campo. Muitas pessoas que saíram da zona rural e foram para a cidade estão retornando ou querem voltar. Eu tenho dois tios, por exemplo, que saíram do campo e foram para a cidade. Um deles, depois de criar a família, ele retornou para cá, para a roça. O outro foi para Janaúba, depois de muito tempo voltou para o campo, cria animais e planta. Ele ainda trabalha em Janaúba, mas mantém mais contato com a roça hoje em dia do que antes. O vínculo é maior do que 10 anos atrás. Então essa visão que eu tenho do campo, desse lugar bacana que eu acredito muito e pretendo acreditar, eu vejo que muitas pessoas estão vendo essa realidade. Outra coisa que vejo na zona rural e me surpreende é a produção de alimentos, porque, na zona urbana também produz alimentos, mas a maioria está voltada para essa questão de industrialização. O resto tudo vem do campo, o suíno, o couro, as verduras, o leite... Então isso é uma coisa maravilhosa. Mas eu noto que tem muitas pessoas que não veem. Tem muita criança que acha que o leite vem da caixinha do supermercado, que não existe a vaca, que tem pessoas que cuidam da vaca para ela produzir esse leite para chegar até eles. Então isso é uma coisa que me motiva bastante. Por isso nós, principalmente nós dois, lutamos para produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, um manejo agroecológico. Já melhorou muito, mas muitas pessoas ainda usam, mesmo sem saber, mas usam. Mas é bacana a gente ver que o campo produz (Patrícia, 25 anos, curso superior).

O melhor lugar do mundo para viver. Quando eu saio do serviço, estou doido para chegar lá naquele lugar, assim, tranquilo, que eu vou cuidar dos porcos, que eu vou cuidar das galinhas, que eu vou

cuidar de coisas que não me incomodam. O lugar que eu posso respirar um ar mais puro, que eu posso andar sossegado que não vai ter carro passando, com risco de me atropelar. Que não tem um vizinho do lado que está vendo o que eu estou fazendo. Assim, é só paz e sossego mesmo que eu vejo na roça. Também, nas partes que ainda continuam zona rural, porque tem aqueles lugares que já são distritos, que são como cidades, uma casa em cima da outra e nós não, graças a Deus a gente vive em lugar mais distante, tranquilo, é o lugar dos sonhos mesmo. O vizinho está lá na frente e a gente pode ir lá que ele é amigo da gente, da família. Não igual à cidade em que você mora ao lado da pessoa e nem sabe quem é, não sabe como chama direito, nunca conversou. Então hoje eu vejo a zona rural com mais tranquilidade. Por exemplo, quem tem criança, a criança pode brincar a vontade, pode correr na estrada, que não tem aquele perigo de acidente, de nada, não é aquela questão de viver preso, como na cidade. Ah, vamos subir lá no morro hoje, a gente sobe e vê uma vista bonita, do resto do município, a gente consegue ver. Sinceramente, eu amo a roça. Quando ela fala sobre o pessoal retornando, eu vejo assim, por exemplo, aqui antes o pessoal sofria muito, pois tem Serranópolis ali e o acesso era péssimo, Pai Pedro também, que é o caso nosso, o acesso era horrível. Hoje temos o asfalto para as duas regiões que eu citei. Por exemplo, lá da região que estamos morando está a 10 km daqui da cidade. Nós gastamos de 10 a 15 minutos de lá aqui. Então, digamos que não tem mais aquela necessidade de morar na cidade para trabalhar na cidade, o acesso é muito fácil. Por isso o pessoal dá valor a isso e querem voltar. Os que saíram, igual os tios dela são porque não tinha uma moto para vir, as estradas eram tudo ruim, não tinha condição de trabalhar aqui e morar lá. Hoje em dia não, estou precisando fazer uma feira, é 10 a 15 minutos vem em Porteirinha e pronto. A questão do acesso é que está fazendo o povo retornar, por mais que não consiga produzir apenas na roça, pode intercalar com o trabalho na cidade (Lucas, 30 anos, ensino médio).

A posição apresentada pelos jovens entrevistados evidencia encantamento com o campo. Diálogos como esses contribuem para as possibilidades diversas que o campo oferece, bem como esclarece que embora seja um lugar de expectativas, superação, encontro e multifuncional, o campo é também um lugar de desafios constantes, mas que não impedem a reprodução e produção das famílias que escolhem viver nesse espaço.

Em Porteirinha, por exemplo, é comum encontrar jovens agricultores que trabalham parte do dia na cidade e o restante em sua moradia, no campo, na horta da família. Charles é agricultor, gesseiro e vendedor de perfumes. Quando indagado sobre sua pluriatividade, ele afirma que se trata de estratégia para aumentar sua renda e preencher o tempo disponível. As rendas extras servem de suporte às suas produções agrárias, uma vez que elas dependem dos eventos pluviais para alcançarem êxito.

A gente faz algo a mais para tentar buscar uma renda extra além do campo. No momento eu trabalho com gesso e estou vendendo perfumes. Um primo meu me convidou para uma reunião, acabei indo, gostei dos produtos e estou vendendo e está dando certo. É um complemento a mais. Às vezes a gente vende até em um barzinho, a gente consegue vender alguma coisa e, é uma renda extra. Tem vários jovens que recorrem a outras rendas, por exemplo. Tem jovens que vem para a cidade e voltam todo dia, até mesmo para trabalhar como serventes. Trabalha aqui na cidade e trabalha lá no campo. Na verdade, todos que trabalham que é do campo e vêm para a cidade, eles tem alguma coisa lá. Ou tem um gado, ou um porco para vender. Quem é do campo e vem para a cidade nunca deixa o campo. Não deixa totalmente o campo não (Charles, 27 anos, ensino médio).

Por meio dessas percepções é possível notar que a vivência no campo é cercada de atividades de cunho não agrárias, opções estas que permitem ao jovem agricultor melhorar sua renda e dar suporte em períodos de crise econômica ou quando a produção no campo não atinge o esperado. O mais importante é o autorreconhecimento do jovem com o campo, mesmo sem os frutos esperados.

Nas análises realizadas sobre a condição juvenil sobressaem na maior parte das vezes duas abordagens distintas. De um lado, o enfoque biopsicológico busca retratar os saberes do ser jovem vinculado à temática da transitoriedade, que emerge, sobretudo da incerteza e da instabilidade presentes na transição da fase da adolescência para a adulta. De outro, o enfoque teórico sociocultural procura considerar a natureza das formas de ser jovem num ambiente marcado por um vocabulário próprio, acompanhado de gostos específicos no vestir, relacionamento em grupo, namoro, dança, música, entre outras medidas sempre em modificação (POCHMANN, 2004, p. 219).

Tanto os desafios como as possibilidades e limitações na vivência no campo são construídos, realizados e definidos a partir de relações sociais, principalmente as relações familiares. Por esse motivo, os discursos envolvendo a participação da família no processo de aprendizagem e dinâmicas diversas se fazem presentes nas falas dos jovens entrevistados. Muitos encaram o desafio de se tornar uma nova família partindo dos aprendizados deixados pelos pais, assim como outros lhes atribuem as conquistas de inserção profissional e sucessão da terra. Seja na cidade ou campo, os vínculos construídos sob a tutela dos pais se fazem presentes na vida dos jovens rurais.

4.7. Perspectivas da vivência no campo: juventude como categoria sociológica

A juventude rural constrói, de sua maneira, a forma de viver no campo. São aprendizados diversos que eles aplicam em suas relações e passam a enxergar e interagir com mundo. Viver no campo exige do indivíduo reconhecimento e autopercepção. Os vínculos com o campo são construídos no cotidiano, nas interações e aprendizados que podem ou não ser intercalados com as experiências vividas nas áreas urbanas. Esse grau de pertencimento parte do indivíduo, das escolhas e definições próprias que se toma.

Na faixa dos meus 16 anos, eu tinha muitos colegas meus que acabava tipo assim, no meio do ano largava a escola e ia para a colheita do café ou colheita de cana. Graças a Deus eu nunca tive essa ilusão em minha cabeça. Não sei se era preguiça ou que era, mas eu nunca tive uma gota de vontade de sair de Porteirinha. Já precisei trabalhar assim, e, ficar uma semana fora, parece que uma semana dura um ano para mim. Então assim, tem pessoas que vão, mas tem outros que no fundo veem que é uma mera ilusão. Quem acaba vivendo aqui, por exemplo, nós, que vive aqui muito tempo, na briga lá na roça com pouca água, lutando com essas coisas, a gente acaba produzindo um pouquinho que acaba comercializando na comunidade mesmo. É uma fonte de renda, dá para pagar as contas que nós temos no nosso terreninho. Nós já acostumamos com isso, nós já acostumamos com o pouco. E muitos que vão para o café e trabalha uma safra, em 3 meses, volta com seus 5 mil reais. Só que aí é uma pessoa que está meio desativada daqui. Ele não consegue chegar aqui e produzir, nem trabalho, porque os que ficaram aqui tem preferências, porque qualquer época do ano eles estão aqui. Então, é ilusão sair daqui. Se a gente ficar aqui e persistir, a gente consegue produzir, consegue sobreviver. Não digo sair para capacitar, mas jogar tudo pro alto e tentar a sorte na cidade grande, não é certo (Lucas, 30 anos, ensino médio).

A decisão entre ficar ou sair do campo se deu, na passagem descrita, pela escolha individual em não vivenciar as dinâmicas migratórias. O Lucas evidencia que se encontrou na vivência rural e fez dessa experiência, sua morada, local de produção e reprodução. Essa opção não está relacionada com o isolamento no campo, mas sim, representa a autonomia do indivíduo para decidir quando e como interagir com a cidade, como por exemplo, foi destacado pelo jovem, para adquirir formação educacional para a lida no campo. A cidade é vista como ambiente de aprendizado, informação, que ao ser transposto para o campo se traduz em aplicabilidade e melhoria na produção.

Durante muito tempo a juventude ficou à margem das transformações sociais, como por exemplo, movimentos sociais, religião, sociedade adulta, etc. Eram sempre atribuídas características como imaturidade, inocência, em aprendizado, ignorância, crianças, dentre outros. A marginalização da juventude vinha dos mais distintos setores sociais, sobretudo da educação, que não direcionava estudos para esse público. Após a década de 1980, por meio da integração do mundo, fornecida pela era da globalização, os movimentos sociais em prol da juventude marginalizada ganharam força. Vários discursos deram voz à juventude e passaram a compreendê-la como parte integrante e não como excluídos¹⁸.

A juventude rural é, por assim dizer, uma categoria sociológica. Apresenta complexidade na interpretação e compreensão. Por esse motivo, várias ramificações do conhecimento se debruçam em compreender o ser jovem rural. Dedicado a esse público, a Sociologia da Juventude procura entender os processos sociais que envolvem esses indivíduos, nas mais diferentes vertentes. Eles são compreendidos como atores sociais, protagonistas, sujeitos, etc. São muitas as análises que desembocam na juventude rural como fenômeno histórico, cultural e social (WEISHEIMER, 2009).

O trabalho analisado do ponto de vista global e não local pode ser visto também como problemática envolvendo a juventude. Para algumas sociedades trabalhar desde os 12 anos é exploração e requer atenção, para outros, a idade ativa no campo começa bem cedo – a criança, ou adolescente se engaja na ajuda familiar nos processos mais introdutórios de trabalho, como irrigar uma horta, buscar lenha com o pai ou a mãe, auxiliar nas relações sociais com a vizinhança, como por exemplo, na busca de um café ou açúcar que acabou. São exercícios que preparam a criança, em formação, para a lida no campo.

Quando já jovem, as atividades são cunhadas em responsabilidades e autonomia. O indivíduo não é mais visto como um ser carente de tutela constante, mas sim, como um membro com mão-de-obra que agrega força à unidade produtiva familiar. As questões que envolvem migração ou decisões que afetam as relações

¹⁸ Para aprofundar nos estudos sobre a juventude dos/após (os) anos 80, consultar Abramo (1994) e Dayrell (1999; 2003).

familiares são tomadas em conjunto com a família, legitimadas, sobretudo, pela posição hierárquica.

Entender a noção de juventude requer partir da percepção de diversidade, não da compreensão limitada e generalizada que muitos estudos promovem, mas sim, das especificidades que as identidades possibilitam. Essa compreensão se estende também aos aprendizados juvenis, que são construídos coletivamente, sem predefinições e etapas previamente definidas. A partir de tais contornos torna-se evidente a construção da categoria juventude, como fundamento sociológico, ou seja, construção desenvolvida a partir de problemáticas e questões formativas de indivíduos.

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

Por fim, a compreensão da juventude, sobretudo a rural, como categoria sociológica, parte da construção de individualidades que formam noções coletivas. São percepções que levam em consideração o indivíduo, sua identidade e sua integração no meio social. Essa noção está atrelada à constituição de sujeito social, por representar indivíduos que agem, que exercitam posição de lugar e que demarcam espaço na sociedade.

entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (DAYRELL, 2003, p. 42).

Os estudos sobre juventude não devem tratar de uma categoria à mercê das decisões vinculadas às políticas públicas ou construções realizadas pelas

pesquisas acadêmicas, mas sim, de uma categoria atuante, que se define e demarca espaço no plural. As problemáticas envolvendo a juventude representam, pois, as necessidades cotidianas de espaço, visibilidade e autonomia na sociedade atual.

4.8. Relações familiares e identidade juvenil

A vivência juvenil é cercada e permanentemente formada pelas relações familiares e vínculos de parentescos. Essas relações são basicamente diferentes das relações observadas por muitos outros autores. Como grande parte dos entrevistados possuem suas atividades financeiras próprias e/ou vínculos proximais com a cidade, a independência, de certa forma, já foi alcançada. Esses jovens passam a ser vistos como membros da família e não como membros apenas dependentes do núcleo familiar, sem voz, em aprendizado e submissos. Os jovens entrevistados se mostraram parceiros das produções familiares e importantes eixos de comunicação entre a cidade e o campo, sendo responsáveis por negociações, aprendizados de novas dinâmicas produtivas, além de exercitarem outras atividades geradoras de rendas extras. Essa relação com a pluriatividade é extremamente necessária em períodos de crise na produção familiar.

Para estudar o jovem é necessário entendê-lo inserido numa família e essa família não pressupõe nenhum modelo, mas sim uma diversidade de arranjos formados ao longo de sua existência. O entendimento dessa existência possibilitou o retrato do ciclo doméstico que envolve as diferentes fases de uma família e também o da história de longa duração desse campesinato e dos sucessivos processos de des-re-territorialização causados pela inviabilidade da sua reprodução no mesmo lugar (RIBEIRO, 2015, p. 252).

Ser jovem rural representa, pois, um conjunto de formações distintas que constroem essa categoria social, são diversas facetas envolvendo a família e o coletivo que juntos, definem a situação juvenil, incluindo relações de independência e aprendizados, assim como buscas por autonomia, reconhecimento, inserção profissional, etc. Dentre as formações observadas na juventude rural porteirinhense é possível destacar acionamento da categoria; reconhecimento em ser ou não da roça; reconhecimento identitário; redes sociais humanas; decisão em família: sair ou ficar no campo; pluriatividade; e sucessão no meio rural (herança da terra).

Contudo, essas relações e categorias existem a partir das decisões coletivas tomadas pelo núcleo familiar. Nesse sentido, as autonomias existem até certo grau. O patriarca da família é que geralmente discute os passos fundamentais na vida do jovem. A quebra desse diálogo compromete fatores fundamentais da dinâmica da terra, como por exemplo, a sucessão da terra. Existe, pois, em um menor grau atualmente, a hierarquia paterna ou materna na unidade familiar do jovem, e essa hierarquia é de fundamental importância para a manutenção da sobrevivência juvenil na pós-modernidade, pois muitos jovens declaram que determinados aprendizados foram ensinados pelos pais e que são de fundamental importância em suas vidas¹⁹.

Os vínculos com a família e exemplos de coletividades presentes nesse núcleo podem ser percebidos nas falas dos jovens entrevistados que declararam serem os únicos membros ativos da família em inserção profissional tanto na cidade quanto no campo. Seus discursos apresentam também a importância dessas dinâmicas para a abertura de comércio na cidade, bem como meio de escoamento de produtos. Esses jovens procuram se integrar em uma cadeia mais ampla de aprendizado, pois muitos buscam formação mais adequada para a lida no campo. Os ensinamentos apreendidos são aplicados nas atividades agrícolas e pecuárias da família, como meio de atualização e interação com o mercado.

É possível perceber também, nas falas dos entrevistados, o reconhecimento de pertencimento e cooperação entre os trabalhadores rurais, assim como a valorização que é atribuída aos pais.

Eu moro, por enquanto, com minha mãe, meu pai e meu irmão. Meu irmão é o único que trabalha na cidade e na roça. Meu pai trabalhou a vida toda e ainda trabalha com as atividades rurais. Minha mãe, além de cuidar da casa, do quintal, e da horta, ela também auxilia meu pai nas atividades dele, que ela consegue. Não com a mesma intensidade porque ela é mulher. Igual, ela não vai tirar leite, mas ela ajuda, cuidando dos animais etc. Eu auxílio pouco na horta, mais é minha mãe e meu irmão. Porque eu já cuido da terrinha que nós temos e que vou morar lá, se Deus quiser daqui uns dias. Só temos um membro que trabalha na cidade, restante da renda é da agricultura e pecuária. Mesmo nossa terrinha, da família, sendo muito pequena tem produção lá (Patrícia, 25 anos, curso superior).

¹⁹ Sobre a família como unidade multifacetada, reciprocidade, hierarquia e sucessão, consultar Lévi-Strauss (1982) e Woortmann (1987; 1990).

Nós lá de casa já somos um pouquinho diferente. Na minha família a pecuária é mais fraca, desde sempre nós mexemos pouco. Mora eu, meu pai e minha mãe. Só tem eu que trabalho na cidade e na roça, meus pais trabalham lá. Eu tenho dois irmãos que já estão casados e moram lá do nosso lado, em outras terrinhas. A renda de pai e mãe, basicamente é da agricultura, eles mexem com horta e vem para Porteirinha para vender. Mas a renda forte lá é de umbu, que meus pais ganharam as mudas e reproduziram elas, se não me engano, agora lá tem 12 pés de umbu. A gente sempre mexeu muito com isso, extrativismo, mas depois que parou um pouco, porque a cooperativa que tinha aqui fechou, meus pais se dedicaram à horta. Hoje ela é essencial. Hoje mãe vende em um sacolão em Porteirinha. Basicamente a renda deles é isso, no decorrer do ano todo. Alface, couve, cebolinha, coentro, cenoura, beterraba, etc. A gente tem até uma parceria lá. Se uma família perto produz cenoura e beterraba, nós não produz isso. Intercala, para todos poderem vender e ter sua renda. A gente não compete com os vizinhos, temos uma parceria. Qualquer hora que você chegar lá em casa, se pai não estiver na horta, ele está na casa dos pais dele, ele que cuida e dá banho nos pais dele (Lucas, 30 anos, ensino médio).

Com relação à identidade juvenil, a autoclassificação dos entrevistados como jovens, mesmo após atingir idade superior a 29 anos, vai ao encontro do resultado do processo de envelhecimento populacional e de aumento da expectativa de vida. Esse processo de aumento do limite superior da faixa etária considerada jovem já se deu em países de estrutura etária mais envelhecida, como a França. Nesse perspectiva, Pochmann (2004) considera que

Talvez adequada 100 anos atrás, quando a expectativa de vida ao nascer encontrava-se um pouco acima de 30 anos, a faixa etária de 15 a 24 anos poderia indicar precisamente um período de tempo compatível com a ideia de transitoriedade que marca a condição juvenil. Atualmente, quando a expectativa média de vida encontra-se ao redor dos 70 anos no Brasil, aproximando-se rapidamente dos 100 anos para as décadas vindouras, torna-se fundamental identificar que houve o alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade (p. 221).

A problemática gerada nesse processo vai além das simples ponderações etárias observadas em algumas comunidades, como por exemplo, Porteirinha. É um indicativo de desafios enfrentados pelas políticas públicas, gestores, etc., ao trabalhar com as populações juvenis. Dessa forma, as ações devem ser desenvolvidas levando em consideração as especificidades locais. É claro que tais ações merecem ser contextualizadas e profundamente avaliadas, bem como não são transformadas e adaptadas do dia para a noite. Contudo, são modificações que

merecem serem revistas, uma vez que, a dinâmica jovem, sobretudo, é centrada em modificações constantes²⁰.

Se for levar em consideração o IBGE, a partir de maio, a gente não é mais jovem. Isso intriga a gente, porque o casamento não vai mudar nossas atividades, formas de pensar e participação em grupos de jovens ou outras atuações como jovens. Pretendemos continuar nessas relações. O jovem, mesmo que ele constitua família, ele ainda continua nas atividades como jovem. Eu conheci um jovem em uma viagem que eu fiz para o Rio Grande do Norte, em um Encontro da ASA, que tinha um moço que tinha 32 anos, já tinha esposa e já tinha filha, mas continuava ativo. Ele e a esposa no grupo de jovens, tipo, incentivando a dança de quadrilha, essas atividades de jovens. Eu achei interessante, porque no geral as pessoas pensam, casou, deixou de ser jovem e o que vi na realidade dele, eu peguei para mim, pois acho que vamos continuar assim, vamos casar, mas vamos continuar jovens. Ser jovem é consideração de si próprio (Patrícia, 25 anos, curso superior).

O que se observa nesse cenário é que geralmente a transição para a vida adulta ocorre em períodos em que o indivíduo ainda se considera jovem e mora com os pais. Então, não existem relações entre ser adulto e morar sozinho. Em Porteirinha essa percepção vai além. A independência da família se dá em torno dos 16 anos, sob o ponto de vista econômico. Muitos jovens se inserem em redes de trabalho na própria comunidade, se tornando assim, autossuficientes economicamente, mas dependentes das relações familiares enquanto moradia.

Embora a construção da identidade ocorra no contexto socio-histórico, do ponto de vista do sujeito, ela representa uma síntese individual dos diversos componentes que a integram. Dessa forma, tais percepções corroboram o ponto de partida do entendimento de juventudes no plural.

Nessa perspectiva, ver a juventude como juventudes é ver a diversidade: juventude que trabalha; juventude que estuda; juventude que trabalha e estuda; juventude que não trabalha e nem estuda; juventude do campo, entre esta, ribeirinha, indígena, quilombola; juventude urbana; juventude heterossexual e homossexual. Reconhecer essa diversidade é reconhecer também as condições de desigualdades de classe, raça e gênero que essa população vivencia (FRANCA-BEGNAMI, 2010, p. 48).

²⁰A não atenção ao critério idade influencia direta ou indiretamente, nas permanências juvenis no campo. A frequência mínima para ingresso em uma Escola Família Agrícola, por exemplo, está centrada nos jovens que frequentam o ensino fundamental e médio. Se considerarmos que a conclusão do ensino médio se dá aos 17 anos, provavelmente esse jovem não poderá ingressar nesse modelo educacional, mesmo sendo de sua intenção a inserção nesse aprendizado.

Uma sociedade livre e democrática não é aquela que oferece uma multiplicidade de construções identitárias, mas sim a que garante aos indivíduos a possibilidade de manifestação da sua própria construção identitária. Nesse contexto, a discussão em torno da cidadania deve necessariamente contemplar essa dimensão. Assegurar a cidadania é, nesse sentido, reconhecer e respeitar a diversidade resultante das diferentes expressões identitárias.

Tendo sido assegurados esses direitos fundamentais, o jovem, em sua capacidade de interação com os demais, pode se expressar, se inserir e se autorreconhecer como membro integrante desse meio, sem exclusões ou intimidações. A ausência dessa liberdade tem levado muitos jovens rurais a negarem sua identidade de pertencimento ao campo, por ser motivo de separação e isolamento social. São recorrentes os casos em que muitos alunos se sentem constrangidos ao serem chamados de “da roça” pelos colegas, que usam a expressão em forma pejorativa.

Os olhares sobre a juventude rural devem ser capazes de abordar e solucionar os conflitos que envolvem a identidade juvenil, mais que isso, deve entender a dinâmica que abarca a exclusão social desses indivíduos e lhes assegurar o direito de reconhecimento e pertencimento às distintas sociedades, sejam rurais ou urbanas.

4.9. Relações com a cidade: vínculos construídos por meio da educação

As questões que envolvem a identidade juvenil são de fundamental importância para o entendimento das interações dos jovens com a cidade. Seus aprendizados no campo são compartilhados com os aprendizados dos jovens da cidade, sucessivamente. Essas interações são vistas por muitos educadores como positiva para a formação educacional dos alunos, que aprendem que os conhecimentos devem ser compartilhados e vivenciados coletivamente.

As interações entre campo e cidade existem por diversos caminhos. Pelo trabalho, por exemplo, os jovens rurais se inserem em atividades na cidade e se engajam em tempos disponíveis, em ocupações no campo. Por meio desse processo, eles mantêm contato com o conhecimento urbano, bem como compartilham os seus aprendizados, principalmente, quando se trata de confiança e reciprocidade,

características fortemente marcadas na vida no campo. Contudo, para os jovens rurais que vivenciam a formação acadêmica e não estão vinculados aos trabalhos na cidade, essa aproximação é conquistada pelo processo educacional.

Ao entrevistar uma professora da educação básica e pública de Porteirinha, foi possível perceber a preocupação da docente em transmitir esses ensinamentos aos alunos. Ela também observou que os jovens rurais possuem aprendizados associados às técnicas produtivas que merecem ser exploradas e passadas em sala de aula ou fora dela.

Eu trabalhei em uma escola carente e com muitos problemas sociais e alunos que saem para a colheita de café no Sul de Minas. Eu sempre observo as coisas, tenho uma leitura muito rápida do mundo. Eu via que esses meninos chegavam vítimas do alcoolismo, vítimas da prostituição, eles voltavam transtornados. Todo ano a escola acabava liberando esses meninos e a evasão da escola estava relacionada a isso. Eu gosto muito de mexer com plantas. Aí eu vi que lá tinha um espaço enorme, bom para mexer com horta, um laboratório vivo. Mas não tinha dinheiro, era uma escola pública, não tinha recursos. Procurei o Sindicato e eles me deram toda ajuda, montamos toda a estrutura e deixamos tudo pronto. Ai os meninos que iam para a colheita de café ficavam com as notas bem baixas, retornavam e procuravam a gente. Eu falava, 'você vai me ajudar, só que vai ser de uma forma diferente, você vai me ajudar lá na horta'. Eles tinham maior boa vontade e tudo mais. Foi ai que eu percebi que eles tinham potencial para a educação do campo (Karine, professora da Rede Estadual de Ensino).

Os trabalhos desenvolvidos com os alunos, quando envolve estratégias de produção e reprodução do campo, se mostram bem promissores. Segundo os relatos da professora, alguns de seus alunos conseguiram bolsas CNPq, por participação e apresentação de trabalhos e experimentos em congressos. Muitos outros foram premiados e homenageados por formas alternativas de sobrevivências e técnicas no semiárido. Esses desenvolvimentos educacionais são estendidos também aos pais dos alunos, que se inserem em atividades extracurriculares das escolas. Em todos os grupos de pesquisa criados nas escolas a participação e desempenho da juventude rural eram consideráveis.

As atividades desenvolvidas se mostram satisfatórias nas inserções tanto de alunos da cidade quanto de alunos do campo. As trocas de experiências entre esses alunos são tidas pela professora, como extremamente necessárias e positivas para ambas as partes. Os alunos do campo apresentam para os alunos

da cidade técnicas diversas de plantação e conhecimentos tradicionais da roça, o que é positivo para os estudantes da cidade que não conhecem as dinâmicas do campo. Em contrapartida, algumas atividades, sobretudo envolvendo pesquisas e redes sociais, são passadas para os alunos do campo, pelos alunos da cidade. Isto significa que a interação entre campo e cidade ocorre também via educação básica, por exemplo.

No contexto generalizado de juventude, em sua concepção ampla de faixa etária, que atravessa campo e cidade, temos: a diversão através dos jogos eletrônicos, a comunicação por celulares e pela internet, a preservação da natureza, o corpo saudável e sua relação com o alimento, o respeito à diversidade sexual, a ansiedade de entrar no mercado de trabalho e a necessidade de consumir tida como algo 'natural' ao progresso humano. Esse conjunto de questões contemporâneas da juventude vai tecendo uma subjetividade própria que deve ser considerada à luz de um mundo sem referenciais nacionais, sem referenciais de relações duradouras, sem qualquer garantia de sobrevivência física e de saúde mental (LOBO, 2015, p. 190).

Os vínculos com a cidade, por meio da educação podem ser vistos como vínculos construídos e, portanto, os professores são peças fundamentais nessas interações. O educador escolar deve assumir, além do compromisso educacional, o de motivar os alunos a compartilhar seus conhecimentos específicos, compartilhar suas experiências. O educador escolar deve ser também um educador social, como observado em pesquisa de campo.

É nessa perspectiva que se insere a Escola Família Agrícola (EFA), como importante auxiliadora no processo educacional dos jovens rurais. Os ensinamentos promovidos em sua base possibilitam os jovens conhecer melhor a dinâmica produtiva da terra. Adicionalmente, a escola deve priorizar os conhecimentos específicos e locais da região, alcançando assim a compreensão do clima, solo e técnicas diversas que se adequam à região de vivência. A EFA deve acima de tudo, dialogar com as dinâmicas urbanas, a fim de promover um ambiente mais atualizado, social e dinâmico para seus alunos.

Ao serem questionados sobre a possibilidade de participação em uma Escola Família Agrícola, caso fosse criada no município, a maioria dos entrevistados respondeu ter total interesse em participar como alunos. Um entrevistado, com formação superior em agronomia respondeu ter total interesse em pertencer ao

corpo docente da EFA. Tais percepções foram recheadas com as necessidades de uma unidade educacional que priorizasse a Educação do Campo em Porteirinha.

Eu mesmo teria uma vontade enorme de participar da Escola Família Agrícola, mas pelo que eu já ouvi, só participa quem está no ensino fundamental ou médio. Se tivesse uma formação para quem já concluiu o ensino médio, eu teria interesse em frequentar na hora. Desde que fosse levado em consideração a parte prática da lida no campo, como técnicas de plantio, adubagem, etc. Se fosse presencial já seria ótimo. Eu tenho colegas que estudam nessas escolas e falam que o aprendizado lá é tremendo, ótimo (Marcos, 20 anos, ensino fundamental).

A criação da Escola Família Agrícola seria um ganho muito grande para a juventude rural. Porque aqui na nossa região não tem, só em Taiobeiras. É bem pouco provável que jovens daqui consigam se inserir nessa escola, não é muito a realidade. Se viesse uma escola para cá eu acho que seria muito bacana mesmo. E eu teria interesse em estudar, caso tivesse um curso específico para quem já concluiu o ensino médio (Patrícia, 25 anos, curso superior).

A criação da Escola Família Agrícola em Porteirinha já vem sendo discutida há bastante tempo. O terreno já foi doado, que possui casa e escola, e o terreno auxiliar é visto como possível, por meio de doação também. Contudo, impasses foram criados por conta da localização sugerida para a sede. No momento, não se fala muito na efetivação da construção dessa escola, até mesmo por ser um processo burocrático e que precisa ser desenvolvido com a participação das comunidades a serem beneficiadas.

Eu sou da Associação Pró Escola Família Agrícola, só que ela não está atuante. É uma Associação que eu não sei se ela chegou a ser formalizada, mas teve duas reuniões onde se discutiu e debateu sobre a criação da EFA em Porteirinha, lá no São José do Gurutuba, nós até fizemos uma visita lá no local. Temos as atas e documentos dessa Associação. Ela é o 'pontapé' para a criação dessa escola. A ideia inicial, que depois foi um pouco contestada e depois não teve conversa nenhuma, é na Comunidade São José do Gurutuba, perto de Janaúba, ao lado da barragem de Janaúba. Pensou-se nesse local por ser histórico, lá tem a igreja mais antiga da Serra Geral e tem água. Não adianta criar uma Escola Família Agrícola sem ter uma água para que haja produção. Lá tem água, é um lugar histórico e considerado interessante para este tipo de escola. Mas ao mesmo tempo, este local foi criticado porque é muito longe e de difícil acesso, teria que ter um ônibus específico para buscar os jovens em suas casas. Mas lá inclusive foi doação do município para a criação dessa escola. Lá já tem uma escola e uma casa desativadas. O terreno próximo à escola seria quase certo, doação da CODEVASF. Outros locais, por exemplo, em Curral Velho, comunidade aqui próxima e que tem água, teria que ter doação de terreno e construir a escola, de certa forma, seria mais fácil, é mais próximo da cidade, facilitando o acesso dos

professores, etc. A criação dessa escola atenderia a Serra Geral, junto à de Jaíba (Carla, 25 anos, curso superior).

Resta, porém, ressaltar que a criação da EFA em Porteirinha é vista como uma possibilidade e também um potencial para o município, sendo parte integrante das possíveis evasões da juventude do campo, já que a unidade mais próxima, EFA Nova Esperança, está localizada em Taiobeiras, a 154 km da cidade. Pensar nos potenciais que essa criação proporcionaria é pensar em profissionais mais capacitados para lidar com a região de vivência, tão castigada pelas secas e desmatamentos. Região esta carente de ferramentas agrícolas que possibilitem o aumento da produtividade agrícola, já que Porteirinha ganha destaque nesse setor, mesmo com todas as dificuldades encontradas em produzir no campo, pelas famílias agricultoras.

As possibilidades seriam a busca de soluções para a recorrente necessidade da promoção de um mecanismo de planejamento e acompanhamento de uma política de sucessão na agricultura familiar, permitindo aos filhos e filhas a gestão adequada do patrimônio transferido por seus pais. Tal mecanismo dar-se-á, em parte, pela ação das EFAs somada às estratégias de políticas públicas para os jovens do campo: uma combinação de oportunidades de fazer com que o saber construído e aprimorado pelas EFAs, juntamente ao poder oferecido – em parte através do acesso às políticas públicas para a juventude camponesa, como o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) jovem, entre outros, constituam-se num fortalecimento das ações das EFAs e também das políticas públicas, cujos resultados esperados são a inserção e a sucessão na agricultura familiar (FREITAS & SANTOS, 2015, p. 181).

Contudo, atrelado a esse ensino de alternância, cabe repensar as dinâmicas de ingresso e modelos educacionais, já que muitos jovens com formação concluída no ensino médio e/ou técnico se interessaram em aprimorar os conhecimentos agrícolas. Atualmente as EFAs são pensadas para alunos vinculados ao ensino básico.

A sugestão é que programas de formação específica, ou apenas técnicas agrícolas fossem associadas e integradas às EFAs, a fim de abarcar um número maior de pessoas da zona rural, mais especificamente quando a juventude em Porteirinha se enquadra no alargamento da faixa etária até aos 34 anos de idade. Dessa forma, o levantamento está centrado em como integrar as juventudes rurais porteirinhenses nos processos de ensino da EFAs.

Esse questionamento poderia ser a resposta para as perspectivas apresentadas pelos jovens entrevistados. Primeiro, muitos relataram dificuldades em continuar os estudos vivendo no campo. As chuvas representam fator complicador para o transporte escolar, associado às longas distâncias e estradas ruins. A criação da Escola Família Agrícola repensaria esse deslocamento, já que seu ensino é alternado e, geralmente, no próprio campo.

Em segundo lugar, dificuldade em encontrar emprego se mostra motivação suplementar, e para muitos, principal motivo para a migração. Ao serem preparados para a atuação agrícola, esperam-se desses jovens engajamentos na produção familiar, adotando técnicas e formas mais adequadas da lida no campo, conhecimentos agrícolas mais específicos, por assim dizer. Essa formação estaria além da produção do campo, preparando-os para diversas outras atuações, como por exemplo, dando formação adequada para prestação de concurso público na prefeitura local quando exigido formação em agropecuária.

Essas percepções reforçam a necessidade de uma atenção mais pontual aos jovens rurais e suas situações sociais, econômicas e culturais. As políticas públicas precisam levar em consideração as juventudes e seus contextos, a fim de propiciar um ambiente mais adequado e possível para sua permanência no campo, caso seja de sua escolha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as perspectivas das vivências dos jovens rurais de Porteirinha, cidade localizada na Mesorregião Norte de Minas Gerais, Microrregião de Janaúba. Tal motivação foi cercada pelos constantes movimentos migratórios de jovens saindo da cidade para trabalhos temporários ou definitivos em outras unidades da Federação. A pesquisa foi desenvolvida a partir das pontuações da própria juventude local, em um processo participativo.

Nessa perspectiva, o estudo sobre juventude rural não pode ser desenvolvido, unicamente, via agricultura familiar, mas sim via categorias distintas que merecem recortes também distintos, por se tratarem de construções socialmente delineadas e que partem do autorreconhecimento dos próprios atores sociais. Isso significa compreender que existem juventudes em um aspecto mais amplo, com distintas formas de sobrevivência e lutas cotidianas, assim como o campo se configura de forma também heterogênea e multifacetada. Porém, compreender essas dinâmicas levando em consideração suas diferenças é de suma importância, sobretudo quando o assunto central é a formulação de políticas públicas.

As ações do governo que visam estimular a permanência da juventude no campo, favorecendo um ambiente adequado às suas necessidades específicas devem partir do entendimento da complexidade que envolve o jovem camponês e seu habitat misto, ora campo, ora cidade. Ação esta baseada no direito de ir e vir, e não apenas na decisão de ficar ou sair do campo. Como tais percepções não são levadas em consideração no município, muitos jovens declararam não conhecer políticas públicas direcionadas para sua categoria na região, ou as classificam como falhas, muito burocráticas e de difícil acesso.

O campo é um lugar de difícil sobrevivência, árduo, complexo e instável. Contudo, é o lugar em que muitas pessoas encontram o seu “eu”. No rural é onde a pluriatividade se transforma em estratégia de sobrevivência e permanência. A multifuncionalidade da agricultura familiar se mostra necessária no mundo pós-moderno, em que o urbano não é tão mais urbano, assim como o rural não é apenas rural.

Percebeu-se, por meio da pesquisa de campo, que a maioria dos jovens entrevistados possui formação educacional superior à de seus pais, bem como apresentam o desejo de permanência no campo. Para essa última afirmação, apenas os jovens com idades entre 27 e 34 anos afirmaram e reafirmaram suas escolhas em batalhar na lida diária entre campo e cidade, mas sem desejo de abandono do campo.

As relações familiares se mostraram de fundamental importância para os aprendizados, afetos e sucessões, bem como as relações amigáveis são também construídas com base nas interações cotidianas de laços de reciprocidade e confiança. Dessa forma, o campo é visto pelos jovens porteirinhenses como ambiente de tranquilidade, paz e de boas relações.

Essas noções levam à percepção dos potenciais que uma unidade de Escola Família Agrícola poderia proporcionar para o município estudado, já que suas dinâmicas educacionais visam o ensino baseado na Pedagogia da Alternância, onde se intercalam os ensinamentos educacionais e agrícolas com as proximidades familiares e rurais. Essa opção de ensino visa atender às juventudes do campo, preparando-as para a lida diária em seus locais de moradia, levando também em consideração as especificidades climáticas e psicossociais da região e do público atingido.

Contudo, a Escola Família Agrícola pensada para Porteirinha deve levar em consideração o alargamento da faixa etária juvenil na região, bem como as especificidades climáticas que envolvem o local. A ideia pensada seria em uma EFA com modelo educacional diferenciado e adaptado para a região. As propostas devem ser em não tirar o jovem do campo, mas fornecer um ambiente propício e digno para a sua permanência no campo, caso seja de seu interesse.

A agricultura em Porteirinha se organiza, basicamente, em pequenas unidades familiares. Os destinos finais das produções são as próprias famílias e os excedentes, para mercados locais, mais especificamente, para a venda no Mercado Central de Porteirinha ou barracas estrategicamente montadas em pontos específicos da cidade. A responsabilidade da venda, negociação e entregas de produtos, geralmente fica a cargo dos filhos – jovens agricultores que auxiliam as

famílias nas produções no campo. Este pressuposto corrobora a observação sobre a participação juvenil nas atividades produtivas da família, como já ressaltava Chayanov (1974), por exemplo.

A pluriatividade é recorrente na vida do trabalhador rural porteirinhense. Mesmo sem o entendimento específico do termo, alguns dos entrevistados afirmaram estar vinculados a mais de uma fonte de renda, sendo uma atuação no campo, via agricultura familiar, e outra na cidade, via emprego formal ou não. Essas estratégias de sobrevivências, tidas como “*catiras*” em algumas regiões do Brasil, são responsáveis por equalizar a renda familiar e possibilitar a aquisição de bens, que não seriam possíveis unicamente via renda formal.

Outra informação que tangencia esta dissertação, que não é menos importante são as relações proximais entre campo e cidade observados em Porteirinha. Para tal explicação, a juventude se mostra importante articuladora dessas interações. A fronteira, por assim dizer, entre o rural e o urbano, passa a ser compreendida aqui como algo imaginário. Na realidade, existe mais uma aproximação entre esses dois meios do que uma distância em si. Essa percepção foi fortalecida com os relatos dos entrevistados, que evidenciaram a clara aproximação entre a cidade e o campo.

A juventude entrevistada se mostrou bastante engajada nas discussões que envolvem sua situação na atualidade. A busca pelo reconhecimento, participação política e necessidade de visibilidade esteve presente nos relatos de todos os 20 jovens entrevistados.

Também constante nos relatos coletados ao longo das entrevistas foi o tema relacionado à migração, mais especificamente ao movimento de jovens para fora do meio rural de Porteirinha e para além dos limites territoriais do município. A condição salarial é a motivação fundamental para a realização da migração. A busca pela renda estável ou maior, de acordo as necessidades específicas de cada indivíduo, tem levado muitos jovens a sair do campo e residir em Porteirinha, em outras cidades do estado ou ainda em outras unidades federativas.

Tal fenômeno é favorecido pelas redes sociais humanas. Como já trabalhado por inúmeros autores, conforme abordado ao longo da dissertação, quem migra se

direciona, quase que exclusivamente, para cidades que possuam conhecidos residindo, como primos, irmãos, amigos ou conhecidos. Essas pessoas são articuladoras do processo migratório e facilitam o deslocamento tanto na decisão inicial de partir, quanto na inserção profissional do indivíduo.

Por fim, o estudo permitiu a compreensão de que as juventudes são categorias sociológicas em constantes transformações, que se reinventam diariamente em função das próprias identidades. Os estudos que envolvem essas populações devem levar em consideração suas especificidades, assim como devem buscar integrar cada vez mais as juventudes mais distantes das discussões que envolvem suas situações sociais, econômicas e políticas.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado como subsídio para o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado de Arthur de Saldanha dos Santos. Aluno do Mestrado Associado entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. O objetivo da pesquisa é promover reflexões sobre os desafios, possibilidades e limitações, da juventude agricultora no município de Porteirinha - MG.

Dados Pessoais

1. Nome: _____
2. Idade: _____ Mês e ano de nascimento: _____
3. Sexo: () Masculino () Feminino
4. Situação Civil: _____
5. Você tem filhos? () Sim () Não Se sim, quantos? _____
6. Quantas pessoas moram com você? _____

Dados Profissionais

7. Escolaridade:
 - () Ensino Superior Completo
 - () Ensino Superior Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Sem Escolaridade
 - () Outro: _____
8. Trabalha? () Sim () Não

Perguntar: há quanto tempo trabalha, se trabalhou nas últimas duas semanas e solicitar descrição das atividades desenvolvidas no trabalho.

9. Se sim, o local do trabalho.

Zona Rural Zona Urbana

Outro: _____

10. Onde você mora? Zona Rural Zona Urbana

Perguntar: há quanto tempo mora na zona rural.

11. Qual o seu vínculo com a Zona Rural? O que é isto? Que tipo de vínculo? Não entendi.

Dados Gerais

As respostas que seguem são livres, dessa forma, caso precise de mais espaço, favor solicitar folha extra.

12. Participa de algum movimento social? Perguntar: desde quando ou há quanto tempo.

sim

não.

Se sim, qual/quais?

13. Comente sobre as políticas públicas voltadas para a juventude no município de Porteirinha?

Primeiro, perguntar se há política, quais e há quanto tempo elas foram implantadas.

14. Qual sua opinião a respeito da criação da Escola Família Agrícola em Porteirinha?

Primeiro, perguntar se sabe do funcionamento da Escola e se tem ou já teve interesse em frequentar.

15. Qual sua perspectiva de trabalho? Como pretende alcançar esse objetivo?
Essa pergunta pode ser separada para duas categorias de pessoas: as que estão trabalhando e as que não estão trabalhando.

16. Você pretende dar continuidade aos estudos? Como pretende alcançar esse objetivo?

Essa pergunta pode ser separada para duas categorias de pessoas: as que estão estudando e as que não estão estudando.

17. Qual sua perspectiva com relação à Zona Rural?

Separar: e se a pessoa não mora nem pretende morar na zona rural?

18. Você conhece alguém na faixa etária de 15 a 29 anos de idade que migrou, ou pretende migrar? Se sim, quais motivações estavam/estão presentes?

19. Você pretende migrar?

() Sim () Não.

Perguntar: para onde? Área urbana? Área rural?

Por quê?

20. Caso a afirmativa anterior seja positiva, para qual lugar? Por quê?

21. Comente sobre a sua família. (Renda, trabalho, composição, etc.).

Qual a diferença entre esta questão e a questão 22?

22. Você tem um bom relacionamento com sua família?

() Sim

() Não. Justifique.

23. Comente sobre como é ser jovem rural, ou ter vínculo com o campo? (Pontos positivos e/ou negativos).

E se a pessoa não é “jovem rural”? Afinal, quem será entrevistado?

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Porto Alegre: Instituto Cidadania, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões. Brasília, Distrito Federal: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.). A agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – Vols. 28 n°s 1, 2, 3 e 29, nº 1- jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. Ed., 1ª reimp. - São Paulo: Edusp, 2012.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

ANJOS, Flávio Sacco dos. A agricultura em tempo parcial: elementos de discussão para um enfoque sociológico. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 12, n. 1/3, p. 39-54, jan./dez. 1995a.

AUSLANDER, Philip. **Postmodernism and Performance**. In: Connor, Steven (Ed.) The Cambridge Companion to Postmodernism. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p.97-115.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Trad. PEREIRA, Miguel Serras, Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, junho, n. 26, p. 83-92, 2006.

BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias**: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O ardil da ordem**: caminhos e armadilhas da educação popular. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II**: da enciclopédia a Wikipédia. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012. 414p.

CAETANO, Marcelo. **As sesmarias no direito luso-brasileiro**. In Revista I.H.G.B. nº 348, 1985, julho-setembro.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. São Paulo: Ipea, 1998 (Texto para discussão, 621).

CARDOSO, Ciro Flamiron Santana. **A cidade-estado antiga**. São Paulo: Ática, 1990.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.32, n.11, p.89-104, out. 1996.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Organizadoras). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Manual X, 2007, p. 53-66.

CARNEIRO, Maria José.; MALUF, Renato Sérgio. (Org.) **Para além da produção** – multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro/Brasília: Ed. Mauad/Nead, 2003.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011, v. 1, p. 281-306.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do Campo – educação e a construção de um sujeito político. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (Organizadores). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 277-287.

CAZELLA, Ademir Antônio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, Ademir Antônio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. (Organizadores). **Agricultura familiar Multifuncionalidade e desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHAYANOV, Alexandre. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Nueva Visión. 1974.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, grupos de estilo e identidade**. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 30, dezembro, 1999, p.25-38.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **O Jovem Como Sujeito Social**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. n. 24. set/dez 2003, p. 40-52.

DAVIS, K. **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. 2005. 204f. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FODDY, William. **Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**. Oeiras: Celta, 1996.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Gildete Soares. **Migrações da Mesorregião Norte de Minas/MG: análises do Censo Demográfico de 2010**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2015.

FRANCA-BEGNAMI, Marinalva Jardim. **Inserção socioprofissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo**. Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FREITAS, Gilmar Vieira; SANTOS, Idalino Firmino dos. **Juventude das Escolas Família Agrícola de Minas Gerais: desafios e possibilidades na perspectiva da inserção profissional**. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (Organizadores). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 167-184.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: FJP, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Belo Horizonte: FJP, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Pesquisas Aplicadas. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

GALINDO, Eryka. Sou jovem do campo: caminhos de construção da identidade juvenil no sindicalismo rural. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (Organizadores). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 107-124.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990a. v. 1.

IBGE (RJ). **Censo demográfico 2000**: características gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade; Minas Gerais 2000. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE (RJ). **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra por área de ponderação. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da População em 2010**. Disponível em: <https://archive.is/nBavW>. Acesso: 11 de outubro de 2016.

KAGEYAMA, Ângela. **Pluriatividade e ruralidade**: aspectos metodológicos. Economia Aplicada, São Paulo: FIPE/ FEA-USP, v. 2, n. 3, p. 515-552, jul./set. 1998.

KAGEYAMA, Ângela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agricultura em São Paulo, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v. 48, n. 2, p. 57-70, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. **Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002**. Agricultura em São Paulo, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v. 51, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2004.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoing. Laemmert. Rio de Janeiro. 1968.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1982.

LOBO, Roberta. Terra e sensibilidade: a potência estética da juventude. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (Organizadores). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 187-205.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (Org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 4ª Ed. 1990.

MARX, Karl. “**A estrutura de Classes na Alemanha**.” In: IANNI, Octavio (org.). Marx. São Paulo: Ática, 1988.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENDONÇA, Kenia Fabiana Cota; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; AUGUSTO, Helder Anjos. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 30, n. 2, p. 445-463, jul./dez. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 260-271.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Ed.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** São Paulo: M. Limonad, 2004. p. 112-122.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n. 111, p.09-18, jul./dez. 2006.

NOVAES, Regina. Apresentação. In: **Juventude: conflito e solidariedade.** Rio de Janeiro: Iser, 1998.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha: memória histórica e genealógica.** Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2008.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural: suas construções identitárias.** Recife: Ed. da UFPE, 2011.

PERROT, Michelle. Na França da Belle Époque, os “Apaches”, primeiros bandos de jovens. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares – lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre, Editora UFRGS, 2008.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária.** 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. Diversidade das juventudes: diversidade dos olhares sobre a juventude. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (Organizadores). **Juventudes do campo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 247-265.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. **A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2007.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte – década de 70.** Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

SALES, Celecina de Maria Veras; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. Jovens do campo e o uso das redes sociais online em suas práticas cotidianas. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes (Organizadores). **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 267-276.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá – Colômbia, v. 1, n. 44, p. 11-40, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1.014

SCHNEIDER, Sérgio. A Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.) (Org.) **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª. ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie, 2009.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov./dez. 2006.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Brasília: **Caderno de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n.1, p. 37-67, jan/abr. 2002.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte: UFMG/FACE/ DCE, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, José Graziano da.; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 26-52, out. 1998.

SILVA, Mauricio Roberto da. **O assalto à infância do mundo amargo da cana-de-açúcar**: onde está o lúdico? O gato comeu? Campinas: UNICAMP, 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SMITH, Philip. **Cultural theory**: An Introduction. Oxford: Blackwell, 2001.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002b. 344p. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gérias, Belo Horizonte.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VEIGA, José Eli Da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Editora da Universidade De São Paulo: HUI TEC, 1991.

VEIGA, José Eli Da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazaré. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**, 15 out. 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-33.

WESHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS). Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

WESHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Ciência Hoje**, v.5, n.28, jan./fev. 1987.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7. n. 1, jan./jun. 1990.